



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

HERMANO YAGO CHAVES  
VULCÃO

**Ensino de História na  
Amazônia: A História  
local e suas  
potencialidades em  
Redenção-PA**

UNIFESSPA

ABRIL / 2024



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)**  
**INSTITUTO DOS TRÓPICOS ÚMIDOS – IETU**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA**

**ENSINO DE HISTÓRIA NA AMAZÔNIA: A  
HISTÓRIA LOCAL E SUAS POTENCIALIDADES  
EM REDENÇÃO-PA**

**LINHA DE PESQUISA:**

**SABERES HISTÓRICOS NO ESPAÇO ESCOLAR**

Versão final da dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Sul e Sudeste do Pará– UNIFESSPA, na linha de pesquisa Saberes Históricos no Espaço Escolar, para obtenção do título de Mestre em ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Carlo Guimarães Monti

Hermano Yago Chaves Vulcão

ENSINO DE HISTÓRIA NA AMAZÔNIA: A HISTÓRIA LOCAL E SUAS  
POTENCIALIDADES EM REDENÇÃO-PA

Versão final da dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Sul e Sudeste do Pará– UNINFESSPA, na linha de pesquisa Saberes Históricos no Espaço Escolar, para obtenção do título de Mestre em ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Carlo Guimarães Monti

Banca examinadora

---

Prof. Dr. Carlo Guimarães Monti (Orientador)

---

Prod. Dr. Lelio Luiz Oliveira (Arguidor Externo)

---

Prof. Dr. Daniel Brasil Justi (Arguidor Interno)

UNINFESSPA/2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**  
**Biblioteca Setorial Campus de Xinguara**

---

V991e Vulcão, Hermano Yago Chaves  
Ensino de história na Amazônia: a história local e suas potencialidades em Redenção - PA / Hermano Yago Chaves  
Vulcão. — 2024.  
93 f.: il.

Orientador(a): Carlo Guimarães Monti.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino de História, Xinguara, 2024.

1. História - Estudo e ensino - Amazônia. 2. História local - Redenção (PA). 3. História - Tecnologia educacional. I. Monti, Carlo Guimarães, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 907.2

---

Elaborado por Maria José Pereira da Silva - CRB-2/1707

## AGRADECIMENTOS

Esta é a segunda vez que o nome de Germano Rodrigues Vulcão e Edilena Venancio Chaves, respectivamente, meu pai e minha mãe, aparecerem em um trabalho acadêmico seria mínimo dizer que estas duas pessoas contribuíram imensamente para minha formação, durante um longo tempo eu pude ser uma extensão dos sonhos dos meus pais, minha mãe só formou-se depois de ter seus dois filhos formados, meu pai, a não ser que decida mudar sua carreira, não terá seu nome atrelado a outro trabalho acadêmico.

Levar o nome de meus pais e coloca-los neste trabalho materializa o esforço e dedicação que eles tiveram comigo, lembro-me de sair pela manhã pelas ruas de Belém empurrando um carro de mão carregado de sofás junto ao meu pai, ingenuamente ele dizia que eu deveria estudar para que não tivesse que fazer o mesmo esforço que ele no futuro, a grande verdade é que ele nunca foi obrigado a fazer este esforço e continuar fazendo até hoje, mas como exemplo de responsabilidade e perseverança meu pai orgulhosamente pode dizer que formou seus filhos e hoje sente-se feliz com a profissão escolhida por eles.

Desde que consigo me lembrar minha mãe acorda todos os dias para estudar as cinco ou seis horas da manhã, trabalhou durante uma boa parte da vida como costureira e mesmo estudando muito mais do que eu só consegui formar-se em enfermagem depois de mim e de minha irmã, hoje trabalha concursada na área de enfermagem e ainda continua estudando copiosamente todos os dias, não caberia aqui um agradecimento à prioridade que minha mãe deu à minha carreira em detrimento da sua própria mas deixo registrado que tudo isso só foi possível pelo imenso apoio obtido através dos meus pais.

Por seguinte, agradeço também ao meu orientador Carlo Guimarães Monti, que com imensa organização e maestria soube ser compreensivo e exigente na medida certa, conseguindo construir o conhecimento deste trabalho juntamente comigo, tratando-me com igualdade e respeito.

Agradeço também à coordenação do programa Prof-História Unifesspa, na figura do professor Bruno Silva, por incessantemente buscar formas de nos fazer continuar e terminar esta etapa, neste mesmo sentido agradeço também à FAPESPA pela disponibilização de uma bolsa de estudos para que eu efetuasse a conclusão do meu curso.

## **RESUMO**

O ensino de história da Amazônia percorreu diversos processos ao longo da sua constituição e estabelecimento nas escolas da educação básica, este trabalho se insere também nesta cronologia, buscou-se analisar quais as possibilidades de utilização do ensino de história local frente aos problemas de matriz curricular encontrados em sala de aula, a pesquisa tem como local o município de Redenção no Pará, a partir da aplicação de um questionário, avaliamos que muitos alunos não identificam-se como paraenses, mesmo tendo nascido ou vivido boa parte em Redenção-PA, como metodologia, realizamos um levantamento bibliográfico a partir da historiografia da Amazônia, situando o momento histórico da cidade, e partir deste momento, dialogaríamos com outros conceitos como identidade, cultura amazônica e por fim o ensino de história local, que mostrou-se como a ferramenta mais adequada para este caso, ao fim desta pesquisa sugeriu-se a criação de vídeos didáticos, capazes de materializar e didatizar os resultados obtidos.

Palavras-chave: Amazônia; Ensino de História; História Local

## **ABSTRACT**

The teaching of Amazonian history has undergone various processes throughout its constitution and establishment in basic education schools. This research is also part of this chronology, aiming to analyze the possibilities of using local history teaching in addressing the curriculum-related problems encountered in the classroom. The research focuses on the city of Redenção in Pará, and through the administration of a survey, it was identified that many students do not identify themselves as "paraenses" (residents of the state of Pará), even though they were born or have lived for a significant portion of their lives in Redenção, PA. As methodology, a bibliographical survey was conducted based on Amazon historiography, situating the historical moment of the city. From this point, a dialogue was established with other concepts such as identity, Amazonian culture, and also, local history teaching, which proved to be the most suitable tool for this case. At the end of this research, the suggestion was made for the creation of internet video capable of materializing and presenting the obtained results in an educational courseware.

Keywords: Amazon; History Teaching; Local History.

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - População total: Capitâneas do Pará e do Rio Negro- 1765-1797.....	23
---	----

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – QUESTIONÁRIO 1 .....	15
FIGURA 2 – QUESTIONÁRIO 2.....	16
FIGURA 3 – QUESTIONÁRIO 3.....	17
FIGURA 4 – MAPA IBGE AMAZÔNIA LEGAL 2021 .....	44
FIGURA 5 – ABA “APRENDER” NO YOUTUBE.....	72
FIGURA 6 – PÁGINA INICIAL YOUTUBE EDU.....	72
FIGURA 7 – PÁGINA INICIAL MEC.....	73
FIGURA 8 – PÁGINA INICIAL INEP.....	73
FIGURA 9 – PÁGINA INICIAL TIKTOK.....	74
FIGURA 10 – ABA DE PESQUISA “CABANAGEM” TIKTOK.....	76
FIGURA 11 – ABA DE PESQUISA GOOGLE, “O QUE É COMUNISMO?” .....	78
FIGURA 12 – USO DA INTERNET NO BRASIL.....	73

## SUMÁRIO

Introdução.....	10
<b>CAPÍTULO I - Onde está a Amazônia?.....</b>	<b>18</b>
1.1 História da Amazônia.....	18
1.2 Redenção e suas histórias.....	29
1.3 Cultura Amazônica.....	40
<b>CAPÍTULO II- História, Ensino e suas possibilidades.....</b>	<b>49</b>
2.1 Percursos da História e do Ensino.....	49
2.2 História Local usos e práticas.....	58
2.3 História e tecnologias no ensino.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	84
ANEXOS.....	87
Anexo 1 - questionário.....	87
Anexo 2 – Vídeos.....	92

## INTRODUÇÃO

Sempre fui cativado pelo ensino de história, como aluno durante minha graduação tive muitas dificuldades em adaptar-me aos níveis de exigência a que fui submetido durante o curso, boa parte da minha dificuldade se deve ao fato do meu histórico em escolas públicas onde a leitura não era explorada de forma atrativa e sim punitiva, acredito que esta dificuldade tornou-se também parte desta pesquisa, pois atualmente consigo compreender melhor meus alunos e assim me fazer ser compreendido por eles também através das minhas aulas.

Ser professor no Brasil é um enorme desafio, principalmente tendo em vista as inúmeras barreiras que temos de ultrapassar para realizar um trabalho com o mínimo de dignidade, deste modo a criatividade dos educadores passa a ser uma grande aliada no dia a dia de trabalho, tendo em vista as longas jornadas e todas as outras antigas mazelas que ainda assombram os educadores brasileiros.

Infelizmente a minha experiência profissional de início de carreira não foi diferente, consegui emprego como professor de história apenas em uma cidade distante 990km da minha cidade natal, uma cidade com urbanização avançada quando comparada às outras cidades do entorno, Redenção no sudeste Paraense é umas das mais ricas cidades do estado e uma das mais pobres em relação a sua própria história.

Não existem museus, arquivos ou qualquer espécie de tentativa estatal em contar sobre a história deste lugar, apesar de possuir um grande índice de faculdades e polos de universidades federais a educação básica em Redenção, no que tange ao ensino de história ainda está precária.

Nasci e me criei em Belém uma cidade que comemora a sua quarta centena de aniversário, dotada de muitos museus, centros históricos, complexos culturais e até mesmo as árvores de Belém produzem história, meu trabalho de graduação tratou da fundação da cidade e de patrimônio histórico e que facilidade foi poder falar na presença de grandes acervos e museus onde pude consultar e referenciar meus argumentos a partir da leitura do espaço e do tempo desta cidade.

Porém, Redenção faz parte do mesmo estado, distante 990 km da capital, não possui nem museus ou centros históricos, o que ainda existe é uma biblioteca pública abarrotada de livros didáticos antigos e de pouco acesso à visitação, pensei que poderia aplicar meus estudos sobre patrimônio e eleger alguns locais ou partes da cidade que possam contar a história do local, afim de que estes alunos possam se sentir em uma unidade no estado do Pará, no entanto muitos destes alunos no dia a dia de sala de aula referiam-se a mim como o “professor do Pará”,

rapidamente detectei que não era uma com a intenção de caçar mas sim de identificar a região de onde venho, devolvi a pergunta, vocês também não são paraenses? A maioria respondeu em alto e bom som “Não”, desde então passei a me inquietar com esta conversa e a partir deste pequeno diálogo surgiu problemática desta pesquisa.

Porque alunos que nasceram e vivem no Pará, não se identificam como paraenses? Em um primeiro momento confesso que minha ignorância me levou a pensar em um objetivo de pesquisa de intervenção direta, trazer elementos da cultura paraense, apresentar para os alunos, comidas, danças, folclore etc. Porém outro questionamento surgiu, “O que é ser paraense?” Será um conceito unificado? O Pará é o mesmo de Norte a Sul? Afinal estamos falando do segundo maior estado brasileiro em extensão territorial, não seria incomum que distanciamentos geográficos criassem diferenciações culturais e por fim outras identidades.

Após este primeiro momento indiquei aos alunos um questionário, afim de que eles pudessem descrever melhor o sentimento que tinham acerca do seu estado, da sua cultura e também sobre a história da sua cidade, este questionário mostrou-se como fonte primária para o início das discussões e da resolução do trabalho por completo.

Vejamos por exemplo algumas respostas obtidas,

**Figura 1** – Questionário 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**INSTITUTO DO TRÓPICO ÚMIDO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**Questionário História de Redenção.**

Nome: Ysamim Jacques C. Coelho Idade: 13  
 Escola: Christo Rei (CCR) Ano: 8º  
 Cidade onde nasceu: Redenção - PA

1- Você se considera Paraense?  
 SIM  NÃO

2- Você conhece a história do estado do Pará?  
 SIM  NÃO

3- Você conhece algo sobre a história de Redenção?  
 SIM  NÃO

4- Caso você conheça algo sobre a história de Redenção, pode nos contar?  
Não conhece a história de Redenção.

5- Você conhece a cultura paraense?  
 SIM  NÃO

6- Caso conheça, escreva alguns exemplos da cultura paraense que você mais gosta.  
 (Você pode usar como exemplo, danças comidas, festas, feriados, lendas, contos etc.)  
Wotapó, açoi, a lenda da Vitória Régia, a lenda da Sereia Sara, etc.

**Fonte:** AUTOR

Percebe-se por exemplo neste questionário que o aluno em questão, nasceu em Redenção, não conhece ou não sente interesse pela história do seu estado, mas que em contrapartida, reproduz aquilo que ele acredita ser a cultura paraense, lendas, comidas típicas e etc.

Por ter vivido em Redenção, posso afirmar categoricamente que esta culinária não se faz presente em Redenção, mas fazem parte do imaginário destas crianças acerca do que é cultura paraense.

**Figura 2:** Questionário 2

Cidade onde nasceu: Syruipi-TO

1- Você se considera Paraense?  
 SIM  NÃO

2- Você conhece a história do estado do Pará?  
 SIM  NÃO

3- Você conhece algo sobre a história de Redenção?  
 SIM  NÃO

4- Caso você conheça algo sobre a história de Redenção, pode nos contar?  
O primeiro nome de Redenção foi Para da Mata

---

5- Você conhece a cultura paraense?  
 SIM  NÃO

6- Caso conheça, escreva alguns exemplos da cultura paraense que você mais gosta.  
 (Você pode usar como exemplo, danças comidas, festas, feriados, lendas, contos etc.)  
Cipó, cozido, antopó, mamizão, estoque

**Fonte:** Autor

**Figura 3:** Questionário 3

Cidade onde nasceu: Redenção / PA

1- Você se considera Paraense?  
 SIM  NÃO

2- Você conhece a história do estado do Pará?  
 SIM  NÃO

3- Você conhece algo sobre a história de Redenção?  
 SIM  NÃO

4- Caso você conheça algo sobre a história de Redenção, pode nos contar?  
Não conheço nenhuma história de Redenção

---

5- Você conhece a cultura paraense?  
 SIM  NÃO

6- Caso conheça, escreva alguns exemplos da cultura paraense que você mais gosta.  
 (Você pode usar como exemplo, danças comidas, festas, feriados, lendas, contos etc.)  
Comer açaí com peixe frito

**Fonte:** Autor

Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é tecer a partir das bases historiográficas acerca do município de Redenção, elementos que aproximem os alunos dos anos finais do ensino fundamental, com a cultura amazônica e com a sua própria história, buscaremos fazer esse contato, utilizando como ferramentas conceitos do ensino de história local e do uso de tecnologias no ensino de história, afim de que estes alunos possam desvencilhar-se da ideia de não ter história ou cultura própria, como fora constatado a partir dos questionários.

Passei a buscar mais sobre a história de Redenção e me deparei com trabalhos historiográficos locais, durante a confecção deste trabalho reservei uma parte para a análise destas obras em contraste com a produção do Norte do estado sobre a região, dois trabalhos foram analisados para este momento o livro *Capitalismo na Floresta História econômica e Social do Município de Redenção Sul do Pará* de Fábio Silva e o livro *Da Boca da Mata à*

*Redenção: Uma outra história 1950-1999 (Pará)* de Milton Lima, o primeiro produz um viés econômico acerca da história da cidade e perpassa as diferentes fases de povoação do território o segundo, ainda está alicerçado em uma história dos vencedores e dos grandes homens que desbravaram corajosamente o sertão amazônico e ali estabeleceram suas moradas como se tudo fosse parte de algo pensado anteriormente, após algumas outras revisões, definimos por utilizar o livro de Fabio Silva como o referencial teórico historiográfico para as pesquisas sobre Redenção.

A partir destas duas análises adicionei um contexto de fundo para que o leitor se situe e compreenda a partir dos meus olhos, onde e como eu enxergo o território amazônico, neste sentido a produção do primeiro capítulo versa acerca do passado amazônico e como ocorreram os diferentes processos de ocupação do território, desde os primeiros povos até os movimentos migratórios do século XX com o advento das estradas e o surgimento de novas cidades no território amazônico.

Após este primeiro momento de análise acerca da historiografia amazônica, tornou-se necessário novamente diminuir a escala e buscar debater a historiografia de Redenção a partir dos autores citados, a intenção de produzir uma análise nova se deu pela necessidade de haver uma escrita historiográfica que preocupa-se em situar os momentos de ocupação mas que também busca elementos com potencial didático, pois esta pesquisa é sobre ensino de história e a partir desta análise historiográfica produziu-se um material base para que possa ser usado para a produção do material didático em vídeo proposto por esta pesquisa.

Neste sentido com as bases historiográficas bem assentadas podemos criar novos questionamentos, a partir das leituras, constatou-se que o processo de ocupação e povoamento do território não se deu de forma uniforme em todas as regiões e por consequência Redenção, por ter se formado posteriormente pode ter recebido cargas culturais de outros territórios ao redor, quando a palavra cultura aparece neste trabalho instantaneamente ela ocupa um espaço de destaque pela importância do conceito para a compreensão do objeto estudado.

O tópico seguinte discutirá o conceito de Cultura Amazônica e apontará alguns teóricos como Loureiro e Peter Burke, que demonstrarão a prolixidade do termo Cultura e também a dificuldade que existe em categorizar o conceito de Cultura Amazônica, tendo em vista que a vastidão do território não permite uma unidade conceitual, este trabalho buscou demonstrar que a pluralidade semântica do conceito enriquece ainda mais a pesquisa, pois não engendra uma análise e a cristaliza para eternidade, como se as únicas coisas tidas como cultura amazônica daqui para frente fossem as que estão contidas neste trabalho, uma das mais ricas propostas deste tema é o de reconhecer a pluralidade cultural existente neste vasto território e

incentivar que elas se multipliquem e manifestem-se livremente.

Neste sentido considero concluída a análise historiográfica necessária para abastecer as discussões seguintes, os tópicos que seguirão a partir daqui buscarão tratar do ensino de história em sua constituição e temporalidade, o segundo capítulo abre uma discussão acerca dos campos de conhecimento e da constituição destes dois campos no Brasil, a historiografia e o ensino de história são os dois pontos de intercessão entre as análises desta pesquisa, buscou-se delimitar quais caminhos estes dois campos percorreram até o momento atual, uma análise panorâmica acerca da história do ensino de história no Brasil nos permite perceber o estado atual em que este trabalho é escrito e também nos auxilia a perceber onde encontra-se, cronologicamente o ensino de história de Redenção.

Por fim o segundo tópico desta segunda etapa propõe justificar o motivo da escolha do ensino de história local como a ferramenta capaz de responder os questionamentos do primeiro capítulo, compreende-se que este recurso da produção didática da história contribui diretamente para o fortalecimento da cultura local e auxilia diretamente os alunos para sua auto compreensão do seu lugar no tempo, o que também responde à proposta da BNCC para o ensino de história no Ensino Fundamental com o objetivo de

[...] estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania. (BRASIL, 2018, p. 400).

No último tópico desta pesquisa, buscou-se demonstrar de forma metodológica as escolhas que conformaram o vídeo proposto para esta atividade, bem como uma discussão acerca do uso de tecnologias no ensino de história.

Neste sentido, temos um primeiro capítulo que discutirá essencialmente o passado amazônico focando nos movimentos populacionais e também nas populações nativas, neste primeiro capítulo utilizamos como referencial teórico, Décio Guzman para falar da ocupação indígena e as formas de resistência e Flávio Gomes sobre as migrações das populações indígenas na Amazônia e a sua etno-gênese.

Sobre a formação e história do município de Redenção contrastamos duas referências a primeira de Milton Cunha e a segunda que fora muito mais utilizada de Fabio Silva, abordando as questões que envolvem o surgimento da cidade de Redenção e buscando criar bases

historiográficas para a produção do material.

Na última parte do primeiro capítulo, a partir de uma mescla entre as noções sobre cultura de Peter Burke e Loureiro, buscamos compreender as nuances que envolvem o conceito de Cultura Amazônica, afim de responder aos problemas propostos inicialmente nesta pesquisa obtidos através dos questionários.

O segundo capítulo detém-se inicialmente à um estudo acerca do ensino de história e de como ele se configura no Brasil, para a criação deste segundo capítulo buscou-se analisar a produção de Circe Bittencourt acerca dos caminhos do ensino de História no Brasil e posteriormente outros autores foram afinando o debate para uma escala mais regional, a ideia deste capítulo era demonstrar a importância de reconhecer a trajetória e a cientificidade do ensino de história no Brasil.

O segundo tópico do capítulo dois aborda o conceito de ensino de história local, utilizamos autores como Flavia Caimi, José Barros e Joana Neves afim de contextualizar o que é e como entendemos o ensino de história local nesta pesquisa, este capítulo busca justificar a escolha desta metodologia como possibilidade de resolução do problema da pesquisa.

Na última parte desta pesquisa, buscamos realizar uma contextualização acerca do uso de tecnologias no ensino de história ao mesmo tempo que introduzíamos as bases teóricas escolhidas para a proposição do material didático desta dissertação, este último tópico aborda a importância de se pensar novas formas de produção do conhecimento historiográfico e também introduz as discussões acerca do uso de vídeos como ferramentas didáticas em sala para o ensino de história.

## CAPÍTULO 1 - ONDE ESTÁ A AMAZÔNIA?

### 1.1 HISTÓRIA DA AMAZÔNIA

Iniciar as primeiras letras desta dissertação com a temática, Amazônia e suas populações, manifesta a intenção primeira desta pesquisa, demonstrar que todas as formas de vida neste território, bem como suas relações com a natureza e outros indivíduos, devem ser mais bem pensadas, pesquisadas e compreendidas através de um caráter multidisciplinar.

Preocupar-se em produzir ciência a partir da Amazônia, desde a sua biodiversidade até suas populações, é uma forma de responder ao modo que este território foi tratado nos últimos anos. Em meio a isso, evidenciou-se uma política expressamente negligente com o meio ambiente, despreocupada com os povos tradicionais e desalinhada com qualquer aspecto de preservação cultural.

A Amazônia hoje, configura-se como um dos elementos mais importantes dentro das discussões sobre preservação ambiental e cultural, logo, espera-se que esta pesquisa contribua para reversão deste quadro e que cada vez mais possamos nos ver livres de desgovernos irresponsáveis e ignorantes, que prejudicam a ciência e a preservação deste espaço.

Os estudos arqueológicos sobre a ocupação do território amazônico, desde o período pré-colombiano, alimentam a ideia de um território pluricultural, habitado por diversos grupos, singulares em suas culturas e plurais nas formas mistas de relações e trato com o espaço.

A partir do século XV, com a intensificação de estrangeiros no território e o alinhamento nas configurações sociais dos grupos étnicos autóctones, as aproximações interétnicas destes grupos desenvolvem-se de forma mais cadenciada, provocando o surgimento de outros modos de interação social e ambiental.

Posteriormente haverá a intensificação das atividades extrativistas do látex, óleo de copaíba, castanha do Pará e outros produtos que possibilitam um alavanque no desenvolvimento urbano do território, porém, criam estruturas de organização sociais distintas e desiguais no território, que perduram até os dias atuais.

Já durante o século XX, com os programas de ocupação e integração do território e o surgimento de projetos empresariais extrativistas de grande porte, a Amazônia passará por um longo e intenso período de conflitos entre as populações tradicionais, empresas mineradoras, latifundiários, garimpeiros, políticos e migrantes. Destes conflitos surgirão respostas aos intensos desgastes ambientais e as necessidades empresariais de exploração da biodiversidade amazônica.

Em 2023 a Amazônia vive um de seus piores momentos, taxas nunca vistas de desmatamento, poluição de rios por atividades ilegais e queimadas irregulares, mais uma vez o planeta observa os resultados catastróficos da negligência estatal em relação às populações nativas, como o caso dos indígenas da etnia Yanomami que amargam a adversidades impostas pelo homem branco e infelizmente sofrem as consequências das ações geradas por eles.

Neste sentido, este breve apanhado histórico visa situar o leitor em relação ao momento de escrita deste texto, as linhas seguintes deste trabalho preocupar-se-ão em esmiuçar os momentos distintos na historiografia amazônica, que apontem os caminhos que percorrem até o surgimento do local de estudo deste trabalho, o município de Redenção, localizado no sudeste paraense.

Atualmente, boa parte das comunidades indígenas no território amazônico, não vive mais próximo dos grandes rios, em contraste com os períodos anteriores à chegada europeia, os grupos humanos que habitavam estas regiões a mais de 9.000 a.C., dividiam suas vivências com os grandes rios e faziam destes, suas fontes de sobrevivência, por muitos anos.

O fator que irá alterar esta dinâmica de relação destas comunidades com os rios,

“[...] inicia-se com a presença europeia na região, que em grande medida acomoda estas comunidades indígenas em espaços cada vez mais nos centros da floresta, os anos que se seguem durante a ocupação europeia na Amazônia, são um forte indicativo desta alteração no panorama de habitação desta comunidades, outro grande fator que se soma à este evento, são as migrações provenientes do período de exploração da borracha na região, que farão com que famílias e grande parte da mão de obra nordestina, migre para estas regiões, criando novos conflitos ou acirrando disputas anteriores entres grupos extrativistas e comunidades indígenas.”(NEVES, 2006, p. 59).

Desta forma, acreditamos ser necessária a investigação dos anos que precedem os demais conflitos modernos, em relação ao espaço amazônico, no entanto, propomos algumas discussões que a priori se fazem necessárias, tendo em vista o percurso historiográfico e arqueológico a que este trabalho se submete.

De acordo com Décio Guzman, o impacto da conquista europeia sobre as sociedades indígenas, se dá de forma sistemática, reativa e múltipla, através das diferentes faces existentes na própria Amazônia, ou como o autor mesmo utiliza, “Amazônias”, Guzman nos alerta a partir de Anna Roosevelt, acerca de uma visão torpe, sobre os possíveis caminhos que as sociedades indígenas, anteriores ao processo de colonização, poderiam ter caminhado.

Segundo Roosevelt,

Durante os últimos 2000 anos antes da conquista, sociedades complexas de larga escala alcançaram uma estabilidade adaptativa que persistiu por mais de mil anos, uma longevidade considerável em comparação com as sociedades-estado das Terras Altas áridas e da costa das Américas (ROOSEVELT, 199, p. 113).

Boa parte das áreas de várzea próximas à bacia amazônica, já eram habitados por chefias hierarquizadas, “constituídas de ideologia política centralizada e preocupação com status diferencial” (Ibden, p. 119). É a partir destas análises, que buscamos inverter uma visão historiográfica, antiga acerca dessas populações, de que mesmo sem a chegada dos europeus na região amazônica, as sociedades que aqui viviam, não atingiram formações mais complexas, em relação à sua organização social, principalmente aos fatores climáticos e das próprias organizações sociais.

Boa parte destas discussões ainda podem ser debatidas no campo da arqueologia, uma outra visão, defendida por Goes, é a de que boa parte destas populações “pré-coloniais”<sup>1</sup>, condicionavam seus modos de vivência a partir de uma organização familiar, sem intenções ou necessidades de organizarem-se em modos mais complexos, no entanto, sabemos que ambos os caminhos podem dar conta de explicar uma parte deste momento da história da Amazônia, no entanto reitero a visão de Guzman, acerca das Amazônias, a multiplicidade de fatores, tornam estes determinismos conceituais, vagos, porém não menos importantes de serem analisados, quando comparados à grandeza cultural e divergente, presente nas relações sociais do território amazônico.

No entanto, é fato que o impacto do contato entre as populações indígenas e brancas, provocaram uma grande mudança no panorama sociocultural amazônico a partir do século XVII. Doenças, guerras, missões religiosas, escravidão e dentre outros modos de operações coloniais, resultaram em novas configurações dentro do território Amazônico, neste momento acredito que seja válido apresentar estes caminhos, observando sempre os elementos que permanecem e contribuem para a formação cultural deste território, buscando orientar o leitor acerca dos caminhos históricos a que a região amazônica foi submetida, possibilitando assim compreender o momento presente das sociedades amazônicas a partir do seu viés cultural pensado para o espectro educacional do ensino de história.

A colonização portuguesa da região que hoje chamamos de Amazônia brasileira é inaugurada no início do século XVII.” Quando os primeiros aldeamentos missionários foram estabelecidos na região já havia um conjunto de determinações e modelos de catequização em discussão. (GUZMAN, 2009, p. 106)

---

<sup>1</sup> Utilizo do termo, no entanto reitero que esta, faz-se apenas para uma demarcação cronológica, não necessariamente, condiciona estas populações à um determinismo histórico, no entanto acredito que esta discussão, por mais que necessária e importante, não caiba nestes primeiros levantamentos.

Boa parte destas missões religiosas, fixavam-se nas proximidades dos núcleos urbanos e coloniais, como Belém, Vigia, Cameté ou Gurupá, traçando assim uma rota de proximidade com os conventos de Belém e São Luís.

Franciscanos, Jesuítas, Carmelitas e Mercedários dividiam-se entre os aldeamentos, com a finalidade de trazer “novas almas” para igreja católica, a coroa portuguesa, buscava também aprimorar estes convívios, a fim de possuir mais mão de obra para os projetos coloniais.

Nesse sentido,

[...] as aldeias são, portanto os espaços escolhidos de modo preliminar pelas autoridades coloniais para onde seriam levados os grupos de nativos “voluntariamente” aquiescentes à evangelização, trazidos por puro e pacífico “convencimento”. Após a concentração dos diferentes agrupamentos indígenas de tradições culturais algumas vezes até inimigas, surge a aldeia: um espaço homogeneizador e centralizado no qual diferentes culturas, línguas, cosmologias nativas serão amalgamadas e levadas a se submeterem à cultura, língua e cosmologia cristãs. (GUZMAN, 2009, p. 108)

Esta ideia de concentração do gentio em um determinado local, parte de experiências catequéticas desenvolvidas ao longo do processo de colonização da América e reestruturadas para a realidade do Brasil. A própria ideia de “aldeia”, como uma reunião dos índios foi resultado das reformas de Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, esta prática, pode ser encontrada em cartas como *Diálogo sobre a Conversão do Gentio* (1556-1557) e *Plano Civilizador* (1558).

Por boa parte do tempo, as dinâmicas de ensino da história do Brasil, propuseram uma visão equivocada à respeito das relações coloniais entre indígenas e europeus, alicerçando-os à uma equívoca ideia de passividade em relação aos mandos e projetos coloniais.

No entanto, o projeto colonial lusitano e religioso, utiliza-se em sua maioria da ferramenta do medo para conquistar seus objetivos, Nóbrega compreendia que promover o medo entre os índios para convertê-los não era coagi-los, mas sim persuadi-los.

Não são incomuns os relatos de cartas endereçadas ao rei, alarmando a coroa acerca dos castigos e do rigor a que estes homens eram submetidos através das mãos dos religiosos, estes eram metidos em troncos e açoitados, “por crimes de pouca consideração”. O rei fazia a recomendação de que tais missionários procedessem conforme o “Regimento das Missões” de 1686, castigando com “suavidade e caridade”, respeitando as prerrogativas dos cargos de que

eram investidos aqueles índios<sup>2</sup>. Acreditava-se que para que os índios obedecessem a seus missionários, antes, deveriam teme-los.

Não tardará para que a reação a estes comportamentos sejam manifestados através de fugas, aliás, as fugas são um dos fenômenos mais ocorrentes no que diz respeito à esta reposta aos tratos recebidos pelos missionários e portugueses.

Não foge do cotidiano das trocas de correspondências entre a América Portuguesa e a corte, relatos sobre fugas de grupos de indígenas que partem para o interior das matas e lá se agrupam em novas comunidades.

Há dois nomes comuns para estes novos assentamentos, “mocambos” e “quilombos”, mesmo que na América, de modo geral, estas fugas tenham recebidos outros variados nomes, como o caso dos *Cumbes*, na Venezuela e *Palenques*, na Colômbia, na África, tanto quilombo quanto mocambo, nas línguas bantu, mais especificamente da África central, traduzem-se como acampamentos. “A palavra “mukambu” tanto em Kimbundu e Kicongo significa “pau de feira”, tipo suportes verticais terminados em forquilhas utilizados para erguer choupanas nos seus “quilombos” (GOMES, 2011, p. 3).

A formação de novos grupos étnicos a partir das fugas, são uma, entre as mais diversas formas de organização social dentro do território amazônico, não é de se estranhar relatos entre as populações portuguesas acerca dos temores de perder a principal fonte de mão de obra para o projeto colonial português no início do século XVII.

Fato este, que obriga as ordens religiosas a também abrir mão de manter-se branda em relação a estes acontecimentos, a agressividade paulatinamente constatada nos relatos dos próprios moradores destas comunidades, sobre o trato com o gentio, demonstra que o descontrole destes homens, em relação ao modo de tratar os indígenas, criará, por diante, um espaço propício para a formação de novas comunidades étnicas.

Atualmente, ainda não compartilhamos de meios mais eficazes para conhecer sobre as formas de administração destes novos grupos que se formam no interior da floresta, não pela ausência de relatos, mas sim pela diversidade das formas de organização, impedindo que as análises produzam um padrão de organização entre estes grupos, por exemplo, haviam grupos que de forma sistêmica e coordenada interagiam com os membros dos aldeamentos missionários e trocavam informações entre quilombos e aldeamentos,

---

<sup>2</sup> Carta Régia para o Governador do Maranhão, 11/01/1701. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 66 (1948) – Livro Grosso do Maranhão [doravante ABN-LGM], p. 204.

Essa era fama de Thomas Gonçalves, morador da Vila de Boim, que acabou acusado de ocultar “certos fugidos da mesma povoação fazendo-se cabeça de mucambo” em 1763. Não faltavam denúncias e reclamações sobre conexões entre os fugitivos dos mais diversos locais. Como o episódio ocorrido no engenho do Carmelo, onde se denunciou que “havia comunicação continuada de alguns índios destes moradores com os do mucambo, que facilmente os poderão avisar”. (GOMES, 2011, p. 4)

Assim, como não são distantes os relatos de assalto às roças dos aldeamentos e o assassinato de pessoas fora dos grupos quilombolas que se aproximassem dos locais de vivência, mantendo assim preservada a identidade e localidade do seu grupo.

Na Amazônia, nos séculos XVII e XVIII o trabalho se baseou fortemente na mão de obra indígena dividida até a era pré-pombalina entre escravos e livres. “A escravização dava-se por “guerra-justa”, resgate,” descimentos” além da compra de prisioneiros de guerra.” (GOMES, 2011, p. 5).

Até este ponto, as fugas já eram vistas como um forte agravante para a continuidade do projeto colonial, as negociações entre religiosos e colonos na repartição da mão de obra indígena vai tornar-se cada vez mais acirrada, com isso, retomamos aos discursos de passividade indígena em relação ao projeto colonial, percebe-se que as formas de resistências encontradas pelos grupos indígenas, modificam e forçam à estrutura colonial a adaptar-se às novas condições impostas pelos indígenas. Os “mocambos de índios”, nomenclatura utilizada pelo Governador do Grão-Pará em 1754, colocam-se como uma opção muito mais sedutora aos olhos dos cativos, nos mocambos, não só não seriam castigados, como também não seriam favorecidos pelos seus iguais (GOMES, 2011 p.6).

É possível perceber que as fugas favorecem a formação de microssociedades indígenas, a ação de amocambar-se surge nestes espaços, principalmente nas áreas de fronteiras, como uma nova forma de organização social, dando forma ao conceito utilizado por Flávio Gomes, o de etnogênese surgidas a partir das fugas na Amazônia colonial.

Gomes analisa estas dinâmicas sociais percebendo quais outros elementos criam-se a partir das fugas, o projeto colonial lusitano, pensado para ser executado de um certo modo, modifica-se à intenção do gentio, que se coloca como elemento ativo dentro do processo colonial, contribuindo e colocando-se como um dos agentes que compõe a história deste período.

Estes espaços multiétnicos podem ser encontrados a partir dos aldeamentos missionários, segundo os cronistas coloniais “os aldeamentos na área do Rio Branco, por exemplo – eram compostos por etnias Wapixana, Parauana, Otarauí, Saporá, Wayumará,

Paraviana, Erimissana, Amariba, Pauxiana, Caripuna, Macuxi, Securi, Carapi e outros.” (GOMES, 2011, p. 8)

Neste processo de fugas durante os anos da Amazônia colonial do século XVIII, os caminhos que perfazem a história das populações na Amazônia coloca-se de forma dinâmica e acirrada com os interesses coloniais lusitanos, os grupos que se formam a partir das novas configurações sociais, criam novas trilhas para a história da Amazônia, soma-se aos grupos de indígenas e africanos, a nova geração de mestiços que é incorporada aos grupos militares portugueses e que a partir de então, também iniciarão seu processo de deserção e associação aos mocambos.

O alistamento militar era uma forma de controlar a população livre, em via de regra de origem indígena. Em 1769 falava-se sobre companhias militares formadas por “pretos, mestiços, ingênuos e libertos”. O sentido era menos militar e sim de controle sobre os trabalhadores.

Deste modo, as autoridades coloniais esperavam manter um controle sobre a população de cativos e livres na Amazônia colonial, no entanto, não separam os registros documentais acerca da preocupação destas mesmas autoridades com o controle das fugas e da desestruturação de mocambos que ameaçavam os projetos lusitanos para a região.

A participação indígena no processo de construção da memória e do passado deste país não deve ser avaliada apenas como uma simples utilização de mão de obra, as articulações e o conhecimento sobre o ambiente, propiciam à estes diversos grupos, de forma singular uma resposta aos projetos coloniais, praticamente obrigando-os à aceitar o domínio indígena sobre o território.

Reafirmar estas questões sobre a o sentimento de pertencimento destes grupos é também uma forma de demarcar o passado que compõe as raízes culturais desta região, recorde que para esta pesquisa, reencontrar os diversos elementos de junção e afastamento entre populações, juntamente com a identificação das migrações, chegadas e partidas de novos grupos humanos, auxilia-nos a identificar quais são as matrizes que compõe o conceito tão plural e prolixo como o de “cultura amazônica”, saliento o uso das aspas para este conceito, pois coloco como obrigatoriedade desta pesquisa, apresentar de forma exaustiva elementos que consigam dar conta de conceitualizar esta expressão, para assim facilitar o entendimento das escolhas teóricas e metodológicas aqui apresentadas.

O passado não pode ser colocado de forma esquemática e simplificadora, pelo contrário, deve ser analisado pelas múltiplas lentes a que o historiador dispõe para fazê-lo, neste caso a etno-história indígena pode nos auxiliar a desvendar as marcas deixadas pela

complexidade das relações entre estes grupos bem como suas escalas de organização na dinâmica Amazônia colonial, os processos migratórios na Amazônia são fundamentais para conseguir perceber-las e as fugas colocam-se também como mais uma forma de organização colonial e não apenas uma reação as vontades portuguesas pelos fugitivos, o que nos faz chegar ainda mais perto da resposta à pergunta inicial deste capítulo, o que é a Amazônia?

Outro grupo que não pode escapar à tentativa de contemplar a análise das dinâmicas sociais na Amazônia, são as ordens religiosas, sabe-se que a participação de diversos grupos dentre eles Carmelitas, Mercedários, Franciscanos, Jesuítas etc., irão adentrar o convívio destas populações no América portuguesa, no entanto, a coroa portuguesa e as ordens religiosas viverão períodos de estremecimento em relação aos projetos para com o gentio, estas discordâncias irão também reordenar, em certa medida, as formas de convívio dos grupos coloniais e novamente, propiciarão mais uma forma de organização social que irá refletir-se na história da Amazônia.

Estas ordens religiosas juntamente com D. Pedro II promovem discussões ao longo do século XVIII acerca da divisão do gentio que restou nestas aldeias, boa parte dos missionários já estava alinhada com seus projetos de conversão dos habitantes do novo mundo e assim como a corte, almejavam conquistar o domínio destes homens para usufruir da mão de obra, no entanto com a intensificação das fugas o longo dos últimos anos a coroa portuguesa não viu outra maneira a não ser acirrar as disputas que já eram travadas entre as ordens religiosas, modificando assim, mais uma vez os parâmetros do processo de ocupação na Amazônia.

A crítica historiográfica acerca das leis indigenistas deste período recai sobre uma ótica pendular, leis que ora colocam o gentio em cativo e ora libertam-no, no entanto, uma terceira via, proposta por Perrone-Moisés e apresentada por Guzman, é de analisar as políticas indígenas de acordo com os seus reflexos no cotidiano dessas comunidades, é fato que a legislação colonial modifica de forma incisiva as relações de poder e trato com o gentio na América portuguesa do período colonial, no entanto, observá-las de forma criteriosa é um dos primeiros passos para não recairmos em uma supervalorização do documento, promovendo uma historiografia colonialista e não sobre o período colonial, em outras palavras, buscar analisar os reflexos das leis indigenistas dentro das sociedades é fundamental para não silenciarmos um grupo em detrimento daquilo que a historiografia comumente nomeou como história dos vencedores sobre os vencidos, as formas de resistência indígena, que já vem sendo demonstradas ao longo das últimas páginas, colocam-se como fator preponderante no que cerne as análises sobre a formação cultural e social da população amazônica desde os seus primeiros anos de ocupação.

[...] em 1755 a Coroa portuguesa declarava em Alvará, a proibição da escravização de índios, restituindo a liberdade aos cativos, e dando a eles pleno domínio de seus bens e terras. Em seu preâmbulo o Alvará trazia breve avaliação da situação dos índios até aquele momento, na qual D. José I indagava ao seu Conselho Real a causa da redução de —muitos milhões de índios‖ ao estado de miséria em que se encontravam. Indagava-se também sobre o insucesso da propaganda estimulada pela Coroa para atrair os nativos dos sertões. Procurava saber as atitudes mais eficazes para fazer com que eles saíssem dos matos e viessem —buscar nas povoações pelo meio das felicidades temporais o maior fim da bem-aventurança eterna, unindo-se ao grêmio da Santa Madre Igreja‖.<sup>58</sup> Concluía D. José I, que a razão deste insucesso e produção de —tão perniciosos efeitos‖ se devia, basicamente, à falta de observância rigorosa do direito de liberdade declarada pelas leis promulgadas por seus antecessores em 1570, 1587, 1595, 1609, 1611, 1647 e 1655 (GUZMAN, 2009 p. 123).

Boa parte destas modificações nas legislações indígenas seguirão seu curso até encontrar em 1757 a matéria sobre o *Diretório de Índios*, a política de Pombal, alinhada com uma visão iluminista, promovia a proibição da escravização indígena, incentivava o casamento interétnico e insistia na utilização da língua portuguesa como forma corrente de comunicação no Grão-Pará, todas essas intenções para com o gentio, podem ser traduzidas também como a vontade da coroa em tornar os índios aldeados num “campesinato indígena”, atrelado à uma promoção de levar para o norte do Brasil, uma cultura de povoamento e voltada para a agricultura na região.

No entanto, estas medidas que visavam “libertar” os indígenas do domínio lusitano não surtiram um efeito imediato na colônia, que penosamente sentia os efeitos da ausência da mão de obra indígena nos projetos coloniais. Os motivos de fugas, políticas pombalinas, ordens religiosas, de fato surtem um efeito significativo no trato com o gentio, porém os fatores biológicos como doenças, demonstram um momento significativo para a compreensão das relações sociais entre nativos e europeus na Amazônia dos séculos XVII e XVIII.

Epidemias de sarampo, por exemplo, dizimaram no Maranhão de 1724-25, cerca de 1.000 índios e em Belém 2.000, segundo o governador João Maia da Gama<sup>3</sup>, esta mesma epidemia espalhou-se para o interior nas vilas de Vigia, Caeté (Bragança) e Cameté e para pessoas fora dos núcleos urbanos, ao final da contagem, segundo João Lúcio a soma de mortos poderia chegar a 40.000 mortos.<sup>4</sup>

A Amazônia produz em sua história, dinâmicas de relações sociais muito particulares, a forma com que se deu o processo de colonização e as reações dos grupos indígenas que aqui habitavam aos projetos coloniais, demonstra uma força adaptativa descomunal exercida pelos por estes agentes, reconhecer que o passado indígena dos anos de colonização percorreu por um período obscuro, não significa traduzir a história destes grupos à mesma tragédia, o passado

<sup>3</sup> CEDEAM-AHU, Pará, Cx. 5. In: GUZMAN, 2008 p.126

<sup>4</sup> AZEVEDO. Os Jesuítas no Grão-Pará, p. 230, nota 1. In: GUZMAN, 2008 p.126

histórico indígena deve ser investigado de forma pontual e multidisciplinar, as amazônias, conceito que continuará conosco durante este texto, possui múltiplas interpretações e diálogos distintos para com seu passado e logo não pode ser reduzido à uma demonstração singular.

Portanto, esta ideia equívoca de que o conceito de Amazônia comporta tudo o que é este território hoje, deve ser abandonada, não de forma abrupta, mas de forma pontual, ao passo que as pesquisas avançam na direção das respostas sobre estas múltiplas possibilidades de Amazônia, esta ideia deve ir perdendo força, até que seja suprimida, não por outro conceito generalizante, mas sim por um espaço de múltiplas interpretações e diálogos possíveis para este território e populações.

Em um primeiro plano, as reformas pombalinas parecem surtir um efeito positivo nas populações indígenas, agora que já não mais devem ser submetidas ao poder temporal das ordens religiosas, no entanto, como Maria Regino Celestino Almeida (1990) afirma,

O resultado disso foi a criação de povoações artificiais e incapazes de se manterem por si mesmas. Eram fundadas e constantemente reabastecidas com migrações internas de populações indígenas deslocadas através dos descimentos, num processo de contínuo esvaziamento das aldeias de origem (ALMEIDA, 1990, p. 12).

Os esvaziamentos das aldeias de origem, provocarão no seio destas comunidades, modificações de modo de vida, substituições de práticas culturais, esvaziamento e por vezes abandono de locais de origem, deve-se recordar, que o local de nascimento e de construção espacial destes grupos, é extremamente importante para a constituição social, reconhecer os caminhos e o espaço ao seu redor, constitui para estas comunidades um dos elementos mais importantes da memória coletiva, o conhecimento sobre a floresta, passado de geração em geração, também é alvo dos projetos coloniais, que neste momento, na passagem para segunda metade do século XVIII, já toma outra forma em relação ao trato com os indígenas.

Com relação às epidemias,

A população mal tinha tempo para recuperar-se antes de novas ondas de contágio. As expedições de resgate, intensificadas a partir de então, depois da guerra contra os Manau, levavam as doenças para os sertões e comunicavam as epidemias de volta à capital e arredores, junto com os cativos. Os mais atingidos eram os índios e, em menor escala, os mamelucos. Isso comprometia profundamente a produção e o transporte de alimentos, dependentes do trabalho indígena, o que amplificava as consequências das epidemias (FONSECA, 2017, p. 443)

Imagina-se que o período da segunda metade do século XVIII, pós-reformas pombalinas, tenha sido de declínio das populações indígenas, no entanto a pesquisa de André

Augusto da Fonseca (2017), demonstra de forma estatística um aumento populacional nas capitanias do Pará e Rio Negro, nos anos que seguem de 1765 até 1797, conforme a tabela 1:

**TABELA 1**  
**População total**  
**Capitanias do Pará e do Rio Negro – 1765-1797**

Anos	Capitania do Pará	Capitania do Rio Negro
1765	(1) 39.334	(2) 6.767
1766 a 1772	n.d.	n.d.
1773	55.318	10.296
1774	54.464	10.826
1775	54.374	11.259
1776	54.899	11.056
1777	53.657	10.952
1778	54.914	11.234
1779	57.251	11.513
1780 a 1782	n.d.	n.d.
1783	n.d.	11.097
1784	n.d.	n.d.
1785	63.162	12.007
1786 a 1796	n.d.	n.d.
1797	n.d.	12.707

Fonte: Pinheiro (1983, p. 80-81); AHU\_CU\_013, Cx. 58, D. 5242; AHU\_CU\_013, Cx. 72, D. 6100; AHU\_CU\_013, Cx. 74, D. 6252; AHU\_CU\_013, Cx. 74, D. 6256; AHU\_CU\_013, Cx. 76, D. 6368. AHU\_CU\_013; Cx. 85, D. 6940; AHU\_CU\_013, Cx. 94, D. 7509. Para os anos de 1783 e 1797: Almeida (1990). In: (FONSECA, 2017, p.454)

(1) Total ajustado a partir do acréscimo do número estimado de menores de sete anos e da provável população de Oeiras.

(2) Total ajustado pela soma da população aldeada, contada em 1764, com uma estimativa de 1.300 habitantes brancos, índios não aldeados, negros e mestiços.

Uma das possibilidades de explicação para este fator é que a população que se estabelece depois de 1750, mesmo com recorrentes epidemias de sarampo e varíola continuamente atingindo as capitanias do Pará e Rio Negro, gradualmente consolida-se como um grupo que não desconhecia estes patógenos, denotando uma estabilidade nos níveis de mortalidade fazendo surgir este efeito evidenciado na tabela, a capacidade de crescimento da população nos anos que percorrem a segunda metade do século XVIII, também nos possibilita analisar uma outra categoria de investigação em relação às novas formações sociais no território amazônico.

O fio condutor desta análise sobre as diferentes Amazônias, são as suas múltiplas populações e reajustes de acordo com as tramas do cotidiano colonial, observar o histórico amazônico e perceber os nuances e resvalos que cada evento tem, possibilita para que este trabalho consiga discutir de forma clara e concisa, outros diferentes conceitos históricos que seguirão em discussões a seguir.

As Amazônias, provam-se como um espaço atrelado à uma história diversa, grande parte da justificativa para este tópico, abrindo o primeiro capítulo, circunscreve-se na inocente primeira intenção de conceituar e historicizar a Amazônia.

Reconhecer as múltiplas interpretações acerca das Amazônias aqui estudadas, só materializam as primeiras linhas deste tópico, defender a multiplicidade interpretativa deste território e reconhecer a importância de pesquisas que preservem não apenas o patrimônio material, mas também a memória e história dos diversos povos que habitam este “novo mundo”.

## 1.2 REDENÇÃO E SUAS HISTÓRIAS

É evidente que a participação da CCGPM (Companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão), dentro da dinâmica econômica colonial, modifica os parâmetros sociais com a introdução massiva grupos humanos de diversas partes da África, reiteramos a importância deste diálogo para o leitor e a intenção exaustiva deste trabalho em descrever historicamente quais grupos, povos e etnias fazem parte do contexto humano na Amazônia, realizar esta análise mais expressiva sobre as populações na Amazônia nos auxilia a compreender de que forma, atualmente este território se conforma socialmente.

Este trabalho até o momento, apresentou uma análise arqueológica, sociológica e uma breve análise econômica sobre a história deste espaço, no entanto, saliento a necessidade da importância desta exposição, tendo em vista o passado amazônico que revigora ideias contraditórias e não científicas acerca do passado colonial.

As mais comuns entre elas e que considero até o presente momento respondidas, é a de que a história da Amazônia se inicia apenas com a chegada dos grupos europeus, boa parte da arqueologia amazônica, por mais debatida e desconstruída que seja esta ideia, ainda sofre ao ter de admitir o óbvio para a sociedade, há história e diversos desdobramentos sociais dentro das Amazônias e isto ocorre muitos anos antes do processo colonial.

Outro fator, diz a respeito da visão errônea acerca da passividade dos grupos indígenas em relação aos tratos desumanos sofridos durante a colonização, estes indivíduos reagem de forma exaustiva ao contato agressivo europeu, criam acordos, tratados, conflitos, novas relações e adaptam-se de acordo com seus interesses, não apenas levados dentro da maré de intenções lusitanas trazidas pelos ventos atlânticos, os grupos indígenas mostram-se protagonistas e essências para compreensão do passado colonial amazônico e por mais exaustiva que seja a divulgação destas ideias, ainda ouve-se relatos em sala de aula acerca de uma assimilação passiva dos indígenas sobre a sua própria história, estas ideias, são as mesmas

que obscurecem os debates sobre demarcação de terras indígenas, respeito as diversidades étnicas e cultos tradicionais.

Deste modo, retomo a narrativa sobre a formação das populações amazônidas, buscando neste momento aprofundar o debate no local de estudo desta pesquisa em Redenção-PA, esta análise sobre Redenção, irá perpassar três materiais, o livro de Fabio Carlos da Silva (2018) *Capitalismo na Floresta: História Econômica e Social do município de Redenção Sul do Pará*, juntamente com *De Boca da Mata à Redenção- Uma outra História- 1959-1999 (Pará)*, do historiador Milton Pereira Lima e por fim o livro didático para as disciplinas de história e geografia produzido pelos autores José Rodrigues e Milton da Cunha, intitulado *Redenção seus valores e suas riquezas* (2021).

A análise destes três materiais permitirá para a este trabalho, verificar sobre a historiografia produzida sobre Redenção, os materiais didáticos produzidos sobre este local e por fim as projeções destas criações em contraste com o ensino de história pensado para a região.

Fabio Carlos da Silva, logo nas primeiras linhas do seu trabalho, nos alerta sobre a ausência de historiografia escrita sobre a região do Sudeste do Pará em relação aos anos iniciais de formação deste território, assim como eu, Silva fez passagem pela cidade a trabalho, percebeu a carência historiográfica e decidiu agir.

O estudo de Silva sobre o surgimento e mudanças ocorridas no povoado que se formara naquela região, com pouco mais de cinco mil habitantes no final dos anos de 1970, nos recobra a ideia de que esta região ainda sente-se carente de um referencial historiográfico, tendo em vista que esta produção é de 2019 e o lançamento do livro se deu apenas em 2021, quanto tempo passou até que Redenção recebesse atenção da historiografia, este hiato pode ser apontado como uma das causas evidenciadas nas primeiras linhas desta pesquisa, alunos que nos anos finais do ensino fundamental, não reconhecem-se como parte de um todo, afirmam não ter história e sentem-se perdidos em relação ao seu passado.

A partir de uma visão principalmente econômica, Silva constrói a narrativa sobre o surgimento do município de Redenção, defendendo a ideia de que:

O advento da frente pioneira de Redenção está diretamente relacionado ao esgotamento da fronteira econômica no Centro-Sul do Brasil, que ocorreu após o significativo povoamento da região Sudeste, alicerçado na expansão geográfica e econômica da atividade cafeeira, primeiro no Oeste Paulista e em seguida no norte do estado do Paraná. (SILVA, 2019, p. 15)

Esta atividade de expansão apoia-se no interesse de ocupação mais intensiva da região amazônica, quer seja pelas necessidades impostas pelo mecanismo regulador da atividade capitalista (acumulação de capital) quer seja pela necessidade de buscar outras formas de produção como fizeram as empresas do Centro Sul.

Outros projetos econômicos e de criação de infraestrutura circundam a história deste território, a criação da rodovia Belém-Brasília e a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, possibilitam a cessão de incentivos fiscais a pessoas jurídicas e físicas que investissem na Amazônia e assim por seguinte, o desenvolvimento e econômico possibilitaria a criação do desenvolvimento sociocultural desta região.

A análise econômica feita por Silva, deve ser entendida de acordo com a sua proposta, associada à uma vertente marxista e econômica de leitura, Silva nos auxilia a perceber como um trabalho historiográfico bem estruturado pode ser escrito em relação à esta região, em comparação com os outros dois trabalhos analisados, percebe-se que nesta produção há um rigor teórico-metodológico muito mais acentuado em relação às outras obras analisadas, neste sentido, percebe-se também que a cientificidade da produção de Silva ao mesmo tempo que aproxima os pesquisadores do tema, afasta o público a quem deveria alcançar, os habitantes de Redenção,

Esta discussão perpassa uma grande outra inquietação a respeito do sentido da produção historiográfica acadêmica, se escrevemos para nossos pares na academia ou para o público endereçado na pesquisa, em relação ao trabalho de Fábio Carlos da Silva, consigo compreender que ele tenta alcançar um público fora do meio acadêmico, quando faz o lançamento do seu livro, porém isto é algo que apenas o autor pode nos responder, no entanto esta pesquisa tem sim a ousadia de alcançar tanto os futuros pesquisadores desta região, quanto à população local do município, criando assim uma resposta às inúmeras carências historiográficas que encontrei quando estive por lá.

De acordo com Silva

A história dessa região da Amazônia oriental, e da frente pioneira de Redenção pode ser dividida em quatro fases: frentes de expansão no Araguaia paraense, transição da economia camponesa para economia capitalista; constituição da frente pioneira de Redenção e urbanização e consolidação do município. (SILVA, 2019, p. 17)

Até os finais do século XIX a região que viria se tornar o município de Redenção era habitada por indígenas de diversas etnias, principalmente os Caiapó, foi a partir dos anos finais do século XIX que criadores de gado oriundos da região de Pastos Bons no Maranhão, esta

região maranhense já havia sido ocupada em meados do século XVIII, quando teve início o avanço da frente pastoril maranhense.

Neste sentido, pode-se inferir que a ocupação da região por grupos não indígenas está associada ao início do processo de alargamento das fronteiras das atividades pastoris e principalmente com a pecuária, a criação de animais está intimamente ligada com a cidade de Redenção e aos festivais, festas, músicas e a culinária deste local que hoje em dia alinha-se com a história de formação desta região, no entanto, poucos conseguem perceber que esta atividade econômica e por muitas vezes vista apenas como um fim lucrativo, pode e deve ser entendida como um mecanismo de composição do capital cultural desta região, famílias são convidadas para a atividade pecuarista e dentro do cotidiano do trabalho desenvolvem relações entre os membros do grupo familiar e também com os demais habitantes do entorno no decorrer do processo de aumento populacional.

É neste espaço que iniciam as pontuações sobre o trabalho de Silva, a sua proposta de trabalho é de análise econômica, no entanto, não se pode deixar escapar do campo de análise a contribuição deste modo de vida para a criação de relações socioculturais específicas e características deste local.

Entretanto, de forma alguma este trabalho tem a intenção de hierarquizar ou rivalizar, campos historiográficos, História econômica x História Cultural, História Decolonial x Historiografia Clássica, História indígena x História Afro-Brasileira, etc. Acredito que estas rugas acadêmicas só enfraquecem os campos, a história é feita no espectro plural e diverso, comportando todos os tipos de análise, é partir do incômodo que surgem novas respostas para o passado, este trabalho permite-se ser contestado e revisado, desde que feito de forma científica e com o mesmo rigor e apreço com que escrevo estas linhas.

O conceito de frente pioneira, pode ser compreendido de forma diversa, segundo Santos (2019) a frente pioneira que conformará o município de Redenção não pode ser entendida como a primeira leva de maranhenses, tendo em vista que para o autor a frente de expansão significa o primeiro povo que percorre, habita, produz e se reproduz no espaço, neste sentido os índios Caiapó, tornam-se os primeiros grupos humanos a realizar estas atividades na região do Araguaia Paraense, seguidos pelos pastores maranhenses, logo em seguida pelos dominicanos, promotores da exploração do caucho e finalmente os empresários que implantaram a agropecuária capitalista, reconhecer o passado indígena deste território é mais uma forma de assinalar e responder sobre as questões da formação do sentimento de pertencimento através do ensino de história local.

Percebe-se que a evolução dos modos de operação do campesinato do Araguaia paraense se modificam mediante a chegada destes novos grupos, aos poucos a produção deixa de regular-se pela fartura e subsistência que atendia algumas trocas naturais entre membros da comunidade e passa a ter interferência dos agentes que a envolvem, reconfigurando as a partir das necessidades de um mercado insurgente que deverá atender à expansão das fronteiras e da diversidade das atividades econômicas.

Estes fatores são extremamente relevantes quando revisitamos as perguntas que moveram esta pesquisa, quais são os grupos humanos que traduzem o passado da atual população de Redenção? Por que estes alunos hoje ainda não conseguem reconhecer-se como membros deste território e partes de uma história viva que é construída por eles? Estas perguntas, tão caras a este trabalho propõe reflexões importantes para o campo do ensino de história, como o tempo que se leva para haver comunicação entre academia e espaço escolar, se nos grandes centros, onde a produção historiográfica é mais volumosa, imaginem nos municípios menores, onde timidamente existem alguns trabalhos sobre a região que por motivos desconhecidos são apartados de seus mais interessados leitores.

Este trabalho insere-se justamente na configuração de reverter este problema, o mestrado profissional em ensino de história é extremamente importante para tornar possível este estreitamento entre academia e espaço escolar, acredito que a proposta do programa se insira nesta perspectiva de assumir estes problemas e apresentar melhorias para o ensino de história baseada nas necessidades locais, no entanto dando espaço e reconhecimento acadêmico para ações no ambiente escolar, como parte deste programa sinto-me muito bem preparado para assumir esta responsabilidade e acredito que muitos outros trabalhos assim como esse, em médio prazo, possam minimizar estas ausências pedagógicas que só a historiografia não consegue suprir.

Nesta mesma esfera de análise do local, existe também a ótica deste processo através da visão indígena, tendo em vista que,

[...] antes da chegada dos primeiros criadores maranhenses nos campos naturais dos rios Pau D'Arco e Arraias, principais afluentes da margem esquerda do rio Araguaia, no sul do Pará, lá viviam os índios Caiapó. Pertencentes à ramificação das tribos de língua Jê, pelo sistema de vida essencialmente nômade que levavam, e, habituados às constantes correrias pela zona dos rios Araguaia e Xingu, fugindo ou mesmo revidando os constantes ataques dos colonizadores, os Caiapó construíram diferentes aldeias pelos locais em que estiveram (SILVA, 2019, p. 37)

Um fator interessante que se mistura à história de Redenção, com certeza vai ser a semelhança entre os outros momentos da Amazônia colonial, é evidente que o passado histórico

e a conformação da cidade, por ser mais recente, distancia o aluno destas passagens de formação da população da cidade, atualmente Redenção convive com estes grupos indígenas dentro do espaço urbano da maior cidade do polo Sudeste do Pará, no entanto não são tão bem quistos pelos habitantes, tendo em vista que o passado histórico da cidade, está muito mais atrelado ao branco desbravador da mata e audacioso que com um projeto pronto, fez surgir a cidade, essa ideia também é reforçada por outras histórias contadas sobre o surgimento e história da cidade.

Em contrapartida à esta visão colonial da história de Redenção, devemos recobrar que a expansão da pecuária nordestina para a Amazônia foi a atividade que quebrou o isolamento da vida econômica e social dos índios Caiapó nos campos de Conceição do Araguaia na região onde atualmente se situa o município de Redenção, é a partir da expansão desta frente que a etnia dos índios Kradaú e Gorotire, vão sendo expulsas das terras e aos poucos sendo substituídas pelos vaqueiros e suas plantações e áreas de pastos nas margens do rio Araguaia.

O sentido destas informações não é de apresentar um culpado pela possível extinção dos Kradaú, mas sim de demonstrar que ainda dentro das ramificações Caiapó existe mais história para se dar luz sobre o passado colonial de Redenção.

Os vaqueiros maranhenses que já participavam de um esquema econômico parecido com o sistema de partilha implementado na região, moldam as novas relações sociais e econômicas, em Pastos Bons, cada vaqueiro após um certo período de produção recebia uma cria para iniciar seu próprio empreendimento, aos poucos e com o passar do tempo, estes vaqueiros que já possuíam certa autonomia econômica encaminhavam-se sertão adentro em busca de novas áreas de pasto.

Ao encontrar estas regiões propícias para o assentamento do gado, estes grupos familiares uniam-se em uma espécie de economia fechada, onde a moeda não possuía valor tão expressivo assim, em detrimento das trocas naturais, esta prática moldava o sistema econômico autossuficiente de subsistência que interdependia das necessidades individuais de cada grupo familiar, logo aos poucos surgiam as primeiras vilas e os assentamentos iam erguendo-se através das derrubadas de floresta e da criação de novas roças para as famílias.

Para Celso Furtado (1992),

[...] tudo indica que essa atividade era muito atrativa para os colonos sem capital, pois não somente da região açucareira, mas também da distante colônia de São Vicente muita gente emigrou para dedicar-se a ela. A etapa de rápida expansão da produção de açúcar que vai até a metade do século XVII, teve como contrapartida a grande penetração nos sertões, [...]. A criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo. (FURTADO, 1992, p.56-57)

Neste sentido,

[...] na última década do século XIX, muitas famílias maranhenses engajadas na atividade pecuária, pressionadas pelos conflitos políticos em Boa Vista, e com apoio do governo do estado do Pará, atravessam o rio Araguaia e vão se fixar um pouco abaixo da foz do rio Najá, onde fundam em 1893 o povoado de Santana da Barreira, primeiro núcleo colonizador do Araguaia paraense. (SILVA, 2019, p.46)

É neste momento que aos poucos surge o que irá se tornar Redenção, com a proposta de servir para as missões religiosas instaladas no rio Araguaia, a vida no campo e a atividade econômica voltada para a agricultura serão os principais motores do processo de crescimento econômico de Redenção.

A fazenda Santa Rosa foi fundamental para tornar possível a continuidade da vida e da missão catequética em Conceição. A lavoura começou a dar os primeiros resultados com a fabricação de farinha, o cultivo de mandioca, do milho para o fubá, do feijão e inúmeras variedades de legumes que da fazenda eram transportados em lombos de animais para suprir as necessidades da missão. (SILVA, 2019, p.53)

A fazenda Santa Rosa foi a primeira fazenda com atividades agrícolas da região que viria a se tornar Redenção, nesse sentido reitero a proposta desta dissertação, como surgiu, e como a história de Redenção conversa com os habitantes locais, principalmente com os alunos dos anos finais do ensino fundamental?

A resposta não pode ser tão simples, tendo em vista que muitos destes alunos mudaram-se com suas famílias nos anos recentes para a cidade, alguns que já nasceram ali, apenas sabem que seus pais vieram de outros estados e cidades próximas, majoritariamente do centro e nordeste do país, neste sentido de que forma justificar a importância deste período histórico para a cidade?

Esta análise enredada num contexto mais amplo responde a estas duas perguntas, analisar o local sem perceber suas conexões com o global é cair em regionalismos históricos que pouco contribuem para o crescimento intelectual do campo, reconhecer as múltiplas dinâmicas do processo de ocupação brasileiro, alicerçado no contexto de migrações europeias e exploração da mão de obra indígena durante o início do Sec. XX no Pará, coloca o mapa de Redenção no mesmo enredo de outras narrativas históricas relacionadas à conteúdos muito mais explorados pela historiografia em currículos escolares.

Como no caso do historiador Milton Pereira Lima, em seu livro *Da Boca da Mata à Redenção: Uma outra história (1959 a 1999)*, Lima inicia sua trajetória sobre a fundação da cidade aproximadamente 60 anos depois de Silva, de forma direta Lima afirma que,

[...] a cidade se formou com os grandes projetos militares do período da ditadura militar no Brasil. Ela tem seu marco inicial nas décadas de 60 e 70 e se desenvolveu

a partir da criação da Sudam, agência governamental para o desenvolvimento do Norte.

A região é rica em recursos naturais, porém pouco habitada e menos desenvolvida industrialmente. Até os dias de hoje é povoada por diversas nações indígenas que mantêm seus hábitos e costumes tradicionais, mas nas últimas décadas vem sofrendo forte impacto da influência do modo de vida civilizatório ocidental, de estilo consumista, autodestrutivo e de desrespeito ao meio natural. (LIMA, 2013, p.19)

O discurso de Lima sobre a fundação da cidade pode suscitar dúvidas em relação a sua origem, tendo em vista que neste pequeno trecho do seu livro, encontramos algumas ideias que podem não corresponder com a análise de Silva, o recorte temporal de Lima a partir do 1959 coincide com a expedição daqueles conhecidos como os “pioneiros” de Redenção, um grupo de homens brancos e proprietários de terra, que pela narrativa construída são os grandes responsáveis em alavancar o “progresso” de Redenção, fazendo assim surgir, das matas de um pequeno povoado uma das maiores cidades do polo Sul do Pará.

A construção desta narrativa passa por diversos atenuantes que necessitam de uma certa atenção, contar a história da cidade através de um viés branco civilizador, por si só já pode ser considerado um grande problema de narrativa, no entanto deve-se observar também a respeito do alcance desta narrativa, sabe-se que a história serve a muitas pessoas diferentes e principalmente, para grupos ligados a interesses políticos e econômicos, não são distantes os episódios que nos levam para este pensamento ao longo da história.

Analisando o alcance desta narrativa através dos documentos oficiais da cidade, percebe-se que existe um interesse do corpo político-administrativo da cidade em manter esta narrativa, afinal é este trecho, retirado do livro de Lima que conta a história da cidade que está na página de Redenção no site do IBGE.

No início da década de sessenta a extinta Sudam proporcionou a vinda de fazendeiros a se instalarem numa região denominada Boca da Mata. Com o desbravamento da fazenda Santa Tereza, de propriedade do agrônomo João Lamari do Val, vieram também os pioneiros Ademar Guimarães, José Bueno Cintra e Gerudes Gomes da Silva. Na mesma época foram chegando Luiz Vargas Dumonte e Carlos Ribeiro para conhecerem a serra dos Gradaús, localizada no município de Cumarú. Vale lembrar que as primeiras casas foram construídas na atual avenida Santa Tereza, sendo que um dos primeiros moradores foi o senhor Gerudes Gomes da Silva, falecido em 15 de abril de 2001.

Esses homens aventureiros dotados de um idealismo viram e conheceram uma região plana e rica de recursos minerais e vegetais, fator que levou ao lançamento da pedra fundamental exatamente no dia 21 de setembro de 1969. O que era uma ideia se transformou em uma vila para centenas de desbravadores, os quais vislumbravam nestas terras futuro promissor. Um dos incentivadores para a criação do município de Redenção foi o médico Giovanni Gueiroz, tido como o primeiro médico e professor, sendo também proprietário do primeiro hospital denominado Nossa Senhora da Conceição. (IBGE, 2005)

A ideia dos pioneiros apresentada nesta historiografia produzida pelos mecanismos oficiais, contrapõem-se à proposta desta dissertação, para nós, pioneiros, são os grupos indígenas que povoam este território, no entanto, vale ressaltar que mesmo a nomenclatura escolhida, para designar os primeiros habitantes do que poderia vir a se tornar Redenção, não é adequada para estes grupos, tendo em vista que é possível afirmar com exatidão as reais intenções destes grupos no processo de ocupação deste território.

Neste sentido, vale ressaltar também que esta não é a finalidade da história, de afirmar caminhos certos para a leitura do passado, a história em particular, permite ser uma ciência que aceita o contraditório, e dentro desta dialética, constrói-se narrativas mais sólidas sobre um determinado tema.

No caso de Redenção, já é possível afirmar que não são estes, os homens brancos e empresários, que fundam Redenção, caso houvesse a necessidade de atribuir títulos aos primeiros grupos humanos que utilizam deste espaço para realizar suas atividades sociais, poderíamos facilmente afirmar que existe um grande espaço para a historiografia indígena deste território pré frentes pioneiras.

No entanto, a pergunta que deve ser feita é, qual a finalidade de atribuir nomes e rostos àqueles que apenas por “bravura e coragem” colocam-se como os fundadores desta cidade e donos do passado de Redenção? Diversos questionamentos podem surgir desta indagação, questões políticas, sociais, econômicas etc., mas nenhuma delas pode apagar o passado indígena deste território.

Atualmente a cidade de Redenção convive com grupos indígenas de diversas etnias, Mebengokre/Kayapo e Atikum, principalmente, estes grupos possuem uma participação ativa dentro do contexto histórico do surgimento da cidade, neste sentido devem ser colocados também como protagonistas deste passado, a fim de também diminuir o distanciamento entre a história de Redenção e seus habitantes, considerando também estes grupos indígenas como pertencentes à cidade e não apenas meros estranhos sem passado.

Esta reflexão se coloca como necessária, pois Redenção dispõe de casas para o recebimento de indígenas, projetos de estudo para crianças de aldeias próximas e estes indivíduos que participam ativamente da história da cidade, muitas vezes recebem olhares tortos e preconceituosos, através das falas dos próprios alunos, a falsa ideia de que estes indígenas enriquecem através da exploração das matas, contrapõem-se às notícias dos conflitos entre garimpeiros e madeireiros ilegais que apossam terras e poluem os rios pertencentes às reservas indígenas deste território, falar sobre o passado de indígena de Redenção é também responder à sociedade a respeito destes conflitos, afim de que as próximas gerações compreendam a

importância destes grupos para a formação do seu território e junto com eles construíam uma sociedade de oportunidades iguais no âmbito educacional, jurídico, social e principalmente no que cabe a segurança e sobrevivência destes indivíduos.

Lima também aponta para a presença indígena na história de Redenção, através da coleta de uma fonte oral mais recente, Milton afirma que:

Eram constantes os conflitos entre caiapós e moradores da Vila, conta Werley de Souza Maciel, morador e natural de Redenção. Em depoimento (2013), ele diz ter visto inúmeras vezes, seu Abraão da Farmácia Flor da Amazônia, (que era localizada na Avenida Independência), atirar em índios. (LIMA, 2013, p. 24)

No entanto a ideia que é apresentada depois deste é de que a cidade viverá um constante período de conflitos armados por motivos pífios, o autor afirma que “[...] nesta época as coisas eram resolvidas no “chumbo” matava-se por pouca coisa” (Lima, 2013, p.25) logo após o autor fala sobre como este período de intensos conflitos pelo domínio da exploração da madeira e do ouro, foram intensamente produtivos para o crescimento da cidade, permitindo que exista uma leitura de que a violência exercida por estes grupos sobre as sociedades que já habitavam esta região, justifica o crescimento econômico deste território.

O que para Silva é o completo oposto, já que através de uma análise documental, Santos encontra as fases do período de exploração e verifica junto às suas fontes documentais que estes ciclos de ouro e madeira influenciam um período mais recente da ocupação da região, mas é no século XX que a cidade tem seu grande apogeu com a chegada da exploração da borracha de caucho.

É nesse contexto que a região do Araguaia paraense se insere como fornecedora de matéria-prima para as indústrias de pneus na Europa e nos Estados Unidos. A existência de caucho na mata geral, que vai dos campos de Pau D’Arco até o Xingu, levou para número expressivo de migrantes que não conseguiam condições favoráveis para se manterem nas zonas nordestinas de ocupação mais antiga. Tratava-se agora, não de trabalhadores acostumados com a vocação pastoril, mas sim, de camponeses em geral, que como extratores da borracha, aos primeiros vieram se juntar na esperança de uma vida melhor. (SILVA, 2019, p.58)

É neste contexto que Redenção passa a ter novas dinâmicas de interação social e econômica, a chegada do século XX para esta região trouxe uma modificação nos moldes de economia pastoril para uma exploração voraz do extrativismo vegetal, neste contexto mais uma vez este trabalho aponta para como uma cidade localizada no extremo Sul do segundo maior estado do país pode ter relação com a história mundial, inserindo-se num dos maiores sistemas de produção capitalista da época, o mercado automobilístico movimentou em grande parte a

economia do globo, principalmente nas regiões do norte do Brasil, onde a exploração da borracha através destes grupos familiares já tinha sido iniciada.

Em 1920 a população de Conceição do Araguaia era de onze mil pessoas que, em sua maioria dedicavam-se à atividade agropecuária e ao extrativismo. Vinte anos depois, em 1940, a população havia diminuído mais que 50%, caindo para 4.715 habitantes, das quais cerca de três mil habitavam a zona rural. Apesar da queda, há um fortalecimento da atividade pecuária, em detrimento das demais. (SILVA, 2019, p.61)

Estas modificações no cenário populacional e econômico da região do Araguaia paraense, estão diretamente relacionadas ao encerramento da primeira leva de exploração do caucho, boa parte destes habitantes continuaram na cidade e também se “[...] refugiando na Gameleira, antiga Boa Sorte, porque os índios começaram a atacar muito, em represália pelo acauchoamento que haviam sofrido com o avanço da frente de extração da borracha em suas terras” (SILVA, 2019, p. 61).

Nos anos que se seguem a população assistirá o declínio da atividade extrativista acompanhado também pelas invasões indígenas na região, estes grupos que tempos atrás foram expulsos do seu local de origem, reivindicam seu território através da luta.

Reconhecer a interferência indígena no passado histórico de Redenção, demonstra a preocupação deste trabalho em estabelecer novos personagens para o passado deste local, a história local se faz através de vestígios no próprio espaço e Redenção, hoje, é vista como um local de pouco apego à história do seu município através dos locais, a cidade não possui, arquivos, museus, espaços de memória, em contrapartida, casas comerciais, bares e restaurantes expõem fotografias e documentos que falam sobre a história de Redenção. Todavia, não é estranho encontrar nos restaurantes mais bem frequentados do município, registros das famílias de fazendeiros e grandes nomes que “construíram” a cidade, esta tomada do passado pelas classes dominantes, reitera o interesse desta dissertação, que é também de democratizar o acesso à sua própria história.

Redenção passa por uma primeira fase de economia pastoril, avança para a economia extrativista do caucho, retorna para as atividades pecuaristas, e no século XX irá receber um novo surto de exploração de borracha.

Durante a Segunda Guerra Mundial, quando o governo brasileiro assinou com os Estados Unidos os acordos de Washington, instituindo a política conhecida como Batalha da Borracha, Redenção sofrerá mais um impacto na economia local, um pouco menos relevante que o do começo do século, mas não menos importante para a região tornar-se de novo uma fronteira camponesa pastoril produtora de valores de uso.

Com o passar do tempo Redenção vai se conformando como uma cidade voltada para o seu crescimento interno e econômico, após o segundo grande surto de exploração da borracha, a região irá se conformando cada vez mais como um centro econômico de distribuição de mercadorias para as vilas próximas, os grupos indígenas cada vez mais distantes do centro urbano e a formação destes povos agora muito mais diversificada, já que as levadas migratórias dentro do território brasileiro acentuaram-se bastante nas últimas décadas em direção ao Norte do país.

Analisando o alcance da narrativa sobre a fundação de Redenção, pode-se observar que existe um interesse do corpo político-administrativo da cidade em manter a versão contada pelos pioneiros brancos, como pode ser visto no site do IBGE. Este relato coincide com o recorte temporal de Milton Pereira Lima em seu livro *Da Boca da Mata à Redenção: Uma outra história (1959 a 1999)*. No entanto, este discurso pode suscitar dúvidas em relação à origem da cidade, já que a análise de Silva, um dos primeiros moradores, difere em alguns pontos da narrativa construída pelos pioneiros. Contar a história da cidade através de um viés branco civilizador pode ser considerado um problema de narrativa historiográfica e é importante lembrar que a história serve a diversos interesses políticos e econômicos ao longo do tempo.

### 1.3 CULTURA AMAZÔNICA

Ao nos depararmos com alunos que não identificam-se como paraenses, que não conhecem elementos da cultura do seu próprio estado, como pesquisador, formado na Universidade Federal do Pará, campus Belém, tendo contato com um dos mais antigos campos de produção de historiografia da Amazônia e discutindo esta mesma historiografia com professores que compõem estes grupos de pesquisa, recordei-me de um conceito muito utilizado na graduação, o de sujeito histórico amazônico e parte da preocupação destes docentes em inculcar em nós (graduandos) a responsabilidade de formar estes sujeitos históricos, que reconhecem seus patrimônios materiais, dialogam com a sua própria história e ao mesmo tempo apropriam-se das novas interações entre o passado para construir estas novas dinâmicas da cultura amazônica.

É fato que estes elementos são fundamentais para a percepção e reconhecimento dos educandos em seus locais históricos, no entanto, Redenção é uma cidade que surge a partir de outro momento histórico de ocupação da Amazônia, segundo Silva,

[...] as terras que hoje compõe a área urbana e rural de Redenção até os finais do século XIX eram ocupadas pela etnia indígena Caiapó, a cidade que cresce a partir promoção de frentes de expansão com finalidades de exploração da região e dos povos indígenas para o trabalho na empresa açucareira. (SILVA, 2019, p.25)

Os processos de ocupação da Amazônia, demonstram-se semelhantes nas motivações, a recorrente exploração do homem sobre o homem e a natureza, no entanto as dinâmicas que se seguem a partir destas interações, modificam as estruturas que se criarão posteriormente nestas regiões, impossibilitando assim, pensar um único sujeito a ser formado ou uma única cultura a ser valorizada, escolher elementos culturais em detrimento de outros, por se mostrarem mais abrangentes, inviabiliza a existência de outras discussões e análises acerca do que é ser paraense ou pertencer à cultura amazônica.

Estes alunos aqui apresentados, são filhos de migrantes de diversas regiões do país, estas famílias com o fim dos processos de exploração da borracha e com a expansão da fronteira capitalista trazendo novos modelos de economia para a região, assentam-se na margem oposta do Araguaia e ali iniciam suas vidas, os diferentes caminhos tomados por cada família até chegar em Redenção pode ser confuso na cabeça destes alunos, o que nos torna pertencentes a este lugar? Que característica une estas diversas famílias, que vindas de várias parte do país, reúnem-se neste território? O que a minha família do estado de Goiás tem de particular e único que possa me ligar com a família do meu colega de classe que veio do Maranhão?

Estas perguntas surgem ao longo das aulas ministradas para as turmas e neste momento o mais importante trabalho desta dissertação deve ser levado em conta, demonstrar aos alunos que é as migrações e o fato de que todos eles provém de uma região diferente do Brasil, é o fator que os unifica, a característica que une estas famílias é o elemento migratório, não importa a região de onde vem, todos estes grupos familiares migram para esta região, realizando um movimento de busca por melhores condições de vida, onde as oportunidades de comércio, agronegócio, agricultura estão aflorando, é onde estas famílias constituirão suas famílias e é no diverso que encontramos o singular para estes alunos de Redenção.

Porém há outro fator que se relaciona a respeito deste grupo, através da releitura da constituição de Redenção, percebemos as características culturais deste território, o passado com a pecuária e o comércio é o ponto mais marcante na cultura do lugar, agora que já encontramos elementos culturais próprios de Redenção, nos resta realizar um outro trabalho para esta pesquisa, o de categorizar e inserir Redenção no mapa da cultura paraense.

Estes alunos, não se veem como parte da cultura paraense, elementos “tradicionalis” da cultura paraense, como o açaí, carimbó, comidas típicas etc. Observa-se que grande parte

dos alunos em Redenção, repercutem a ideia de não ter cultura ou de não ter história, esta afirmação, foi possível através da utilização de um questionário aplicado em sala, buscou-se compreender quais as noções de cultura e história amazônica destes alunos, 90 alunos responderam o questionário, alunos das séries finais do ensino fundamental, oitavo e nono ano, a média de idade destes alunos gira entre 12 e 14 anos, grande parte deles nasceu em Redenção, dos 90 entrevistados 78 são de Redenção e o restante dividem-se nos estados próximos, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Pernambuco e São Paulo, ver questionário em apêndice – A.

Ao serem perguntados se consideravam-se parte da cultura paraense, 69 responderam que não, e os 9 que disseram pertencer à cultura paraense, justificaram a aproximação através do consumo do açaí, estes dados em uma primeira análise possibilitam a compreensão parcial das necessidades deste grupo, alunos que não se identificam com uma determinada história, que não encontram alicerces para compreensão do seu local histórico, o que dificulta o processo de ensino e aprendizagem da história escolar.

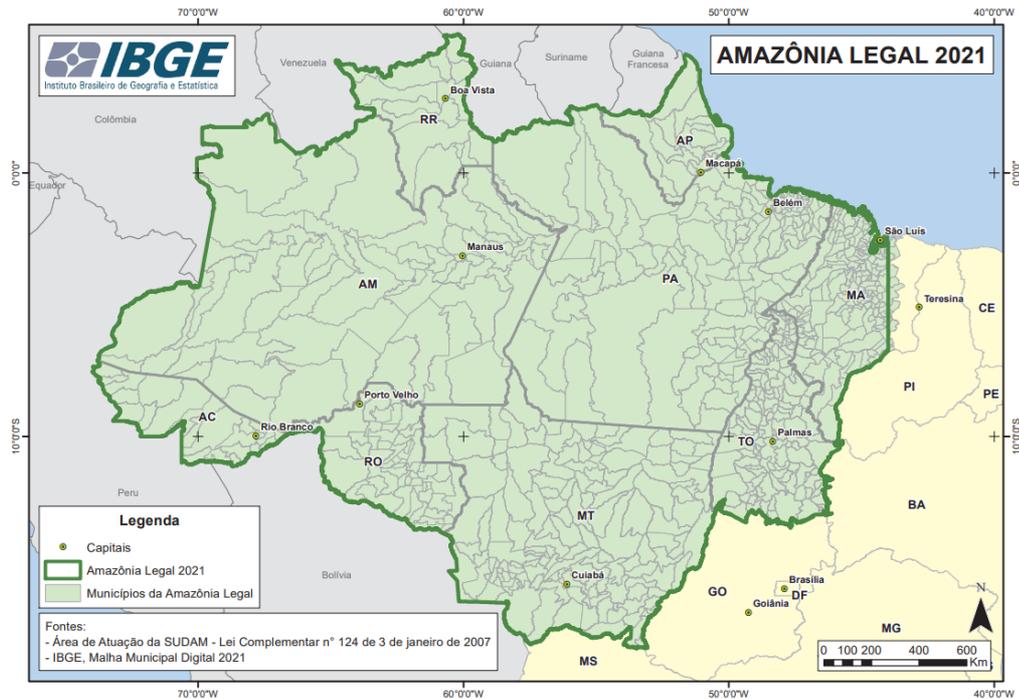
Neste sentido, convido o leitor a fazer uma breve pausa nas lentes de Redenção e expandir a visão para os outros municípios ao redor, os municípios de Bannach (1997), Sapucaia (1996), Cumaru do Norte (1991), Jacareacanga (1991), Curionópolis (1998), Tucumã (1982), Rio Maria (1982), Xinguara (1982), Água Azul do Norte (1978), Floresta do Araguaia (1970), São Geraldo do Araguaia (1952), São Félix do Xingu (1961), Rio Maria (1982), são alguns dos municípios com data de fundação (de acordo com o IBGE) correspondentes ao século XX, estes municípios assim como Redenção, são vistos como pouco interessantes para a historiografia amazônica, já que, em muito se fala da região metropolitana e outras vilas que durante o período colonial se destacaram, no entanto nestas regiões, mais distantes há um certo abandono em relação à historiografia amazônica.

É neste espaço que opera o nosso recorte, falar sobre Redenção pode parecer apenas mais um trabalho de história local, que discutirá os domínios de uma historiografia colonial sobre um grupo subalternizado, no entanto, este trabalho, coloca-se como um aporte teórico-metodológico que sintam a necessidade de falar dos seus locais de trabalho, que podem sentir as mesmas dificuldades aqui enfrentadas, enquanto profissional da educação básica atuando em uma região marginalizada pela historiografia.

Este fator justifica-se a partir de uma análise geográfica do território, é fato existente o distanciamento espacial presente entre metrópole e interiores, os eventos históricos que ocorrem na região sudeste do estado, são movimentadas por outros agentes e conseqüentemente resultam e outras formas de interação com o espaço amazônico, no entanto, atualmente, o

território que corresponde ao estado do Pará, e entende-se como Amazônia legal, também abarca todos estes municípios, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística):

**Figura 4:** Mapa da Amazônia Legal 2021



Fonte: IBGE, 2021

Se geograficamente, estes municípios correspondem ao território Amazônico, o que distância estes espaços, historicamente? Para conseguir compreender melhor este aspecto da Cultura Amazônica, este tópico busca discutir sobre o polissêmico conceito de cultura e por fim tentará delimitar a região de Redenção, elementos da Cultura Amazônica que possam ser semelhantes ou únicos deste território, vale ressaltar que conceituar cultura é sempre e será algo de extrema dificuldade, tendo em vista que este conceito é aproveitado por diferentes campos científicos, nesta leitura, buscar-se-á uma conceitualização mais historiográfica do tema, porém sem desconsiderar outros pensadores.

Cultura é um conceito ligado às Ciências Humanas e Sociais e, portanto, têm conceituações de várias escolas e pensamentos que foram mudando ao longo do tempo. Cultura é derivada da palavra latina *Culturae* e segundo Eagleton (2005) é uma das duas ou três palavras mais complexas da nossa língua. (RODRIGUES, 2012) De acordo com Loureiro (2001) a cultura pode ser entendida como uma configuração artística moral ou intelectual de um certo povo. Isto demonstra que de forma bem abrangente o conceito de cultura acaba abrangendo

muitas ações humanas, e isto é de fato um ponto interessantíssimo de se observar, pois se assemelha muito à proposição do historiador de Marc Bloch (1886), sobre o que estuda a história, para Bloch, a história é estudo dos homens no tempo.

Sendo assim, dadas as semelhanças entre do que se ocupa o ofício do historiador e a abrangência da conceituação de cultura, buscarei apresentar um paralelo necessário para justificar este tema dentro do trabalho, percebendo como o ofício do historiador e o conceito de cultura podem contribuir para responder os problemas desta historiografia amazônica que se demonstra insuficiente para atender todo o estado.

É evidente que o estudo sobre as culturas vem de muito antes do recorte proposto para esta pesquisa, que vai do início do século XIX até meados do século XX, em conseguinte o termo *Culture* ou *Kultur*, já estava sendo empregado cada vez mais na Inglaterra e na Alemanha, de acordo com Peter Burke (1937).

É necessário que antes de avançarmos, façamos uma separação entre o estudo sobre a cultura e a história cultural, reconhecendo que haverá um momento que estas duas se entrelaçarão, no entanto, nascem em momentos distintos e com objetivos diferentes.

É uma espécie de paradoxo o fato de que a desconstrução do conceito de cultura tenha acabado por vir na onda da “culturalização” das ciências sociais. Originalmente, na segunda metade do século XVIII, a ideia de cultura foi cunhada para distinguir as realizações humanas dos fatos “duros” da natureza. “Cultura” significava aquilo que os seres humanos podem fazer; “natureza”, aquilo a que devem obedecer. Porém, a tendência geral do pensamento social durante o século XIX, culminando com Émile Durkheim e o conceito de “fatos sociais”, foi “naturalizar” a cultura: os fatos culturais podem ser produtos humanos; contudo, uma vez produzidos, passam a confrontar seus antigos autores com toda a inflexível e indomável obstinação da natureza – e os esforços dos pensadores sociais concentrados na tarefa de mostrar que isso é assim e de explicar como e por que são assim. Só na segunda metade do século XX, de modo gradual, porém contínuo, essa tendência começou a se inverter: havia chegado a era da “culturalização” da natureza. (BURKE, 1937, p.5)

Neste sentido, compreendo que dadas as premissas para a tarefa de conceituar a cultura, podemos avançar em direção às discussões acerca da cultura amazônica, uma das grandes tarefas desta pesquisa é defender a pluralidade cultural existente dentro do território amazônico. Um breve apanhado sobre as discussões aqui elencadas, faz-se necessário ao leitor para que recupere o fio condutor desta pesquisa. As Amazônias desde o início do processo de ocupação, recebe visitantes de diversas partes do globo, logo, é impossível afirmar com exatidão, que surgiu uma cultura amazônica originária e que nós como habitantes deste território somos herdeiros destes modos de vida, que hoje associam-se muito mais à uma vida urbana, do que, na floresta como foi boa parte do processo de ocupação da Amazônia.

Deste modo, a defesa que faço é justamente pelo reconhecimento de outros modos culturais dentro da esfera amazônica, é evidente que a segunda maior unidade federativa do país, não poderia ser resumida à uma cultura singular, pautada em um viés colonialista de imposição de valores advindos da metrópole para o interior dos municípios, a historiografia amazônica pouco preocupou-se em trazer este viés decolonial para seu próprio seio.

E esta ausência de debate, gera o que encontramos em Redenção, alunos que possuem um modo de vida desapegado com a sua própria história, que não reconhecem a importância do seu município para o contexto geral do estado, e que vislumbram uma única saída, chegar aos grandes centros urbanos, e não falo aqui sobre oportunidades de emprego ou de melhoria de vida, reitero que esta pesquisa preocupa-se com o valor cultural dado aos alunos para o seu local de origem, analisar mais de 80 alunos que repercutem a ideia de não ter ou sentirem-se pertencentes à uma cultura ou história, evidencia a importância deste trabalho como um recurso remediativo para esta historiografia “amazônica” que não consegue dar conta do seu espaço de trabalho.

Deve-se reconhecer que,

O homem amazônico é fruto da confluência de sujeitos sociais distintos — ameríndios da várzea e/ou terra firme, negros, nordestinos e europeus de diversas nacionalidades (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, etc) — que inauguram novas e singulares formas de organização social nos trópicos amazônicos. Diferenciada em suas matrizes geracionais, marcada por dinamismos e sincretismos singulares, a formação social amazônica foi fundamentada historicamente em tipos variados de escravismo e servidão. Assim, falar dos povos da Amazônia requer um (re)conhecimento da grande diversidade ambiental e social da região, noutras palavras, é preciso tomar como ponto de partida o desenvolvimento histórico da região. (FRAXE; WITKOSKI; MIGUEZ, 2008, p. 30)

Este olhar preocupado com a Amazônia e seus povos deve ser cauteloso, tendo em vista a repercussão de uma visão estática destas populações, por muito tempo observou-se através dos discursos, entrevistas, novelas, produções culturais etc., falas de brasileiros que não vivem na Amazônia, reafirmando a visão de que estes povos não acompanham as mudanças do mundo euro antropocêntrico, mantendo a ideia de que esses povos mantem um modo de vida estritamente tradicional.

Essa visão errônea sobre os povos da Amazônia ainda habita o imaginário da sociedade brasileira, não nos cabe aqui discutir as causas da continuidade deste discurso, mas sim os reflexos deste movimento em nosso público analisado, muitos alunos entrevistados pelo questionário desta dissertação, fizeram comentários acerca de sentir-se pertencentes à uma cultura amazônica, disseram que estes grupos que são da Amazônia, não podem ser da mesma

cultura que eles, tendo em vista que os modos de vida tradicionais destes povos se difere muito daquele vivido pelos alunos em Redenção-PA.

Este diagnóstico é essencial para percebermos os resultados de anos de um ensino de história falho para a região sul e sudeste do estado do Pará, esta perspectiva apresentada pelos alunos, demonstra ainda mais a complexidade do conceito de cultura e a particularidade desta região em relação à cultura Amazônica.

De acordo com Fraxe, Witkoski e Miguez:

[...] não basta garantir condições de visibilidade para essas sociedades, é preciso reconhecer que elas possuem uma diversidade de práticas e manifestações culturais que não podem ser homogeneizadoras. Tampouco utilizadas em discursos ambientalistas e ecológicos para retratar uma realidade mascarada em uma identidade regional que não leva em consideração as ambiguidades e antagonismos sociais. Pois, independente da denominação utilizada para retratar o sujeito social da Amazônia, devemos buscar, em primeiro lugar, o reconhecimento da importância de participação dessas sociedades no processo de formação política e identitária local. (FRAXE; WITKOSKI; MIGUEZ, 2008 p.32)

É assim que buscaremos dar luz a uma outra vertente para este trabalho, a história cultural se coloca como uma solução para esta defasagem historiográfica, compreendo que é possível reverter estes quadros de atraso em relação às discussões sobre cultura amazônica dentro e fora do território, esta saída seria através das produções da história cultural, me deterei nas próximas linhas em justificar a escolha deste referencial teórico, tendo em vista a temporalidade recente das pesquisas e também por ser um campo que por mais estruturado que esteja ainda necessita solidificar de forma mais contundente suas bases.

De acordo com Sandra Jatai Pesavento, “[...] a História cultural hoje, corresponde a cerca de 80% da produção historiográfica nacional”(PESAVENTO, 2003 p.7) Nesse sentido, percebendo esta virada cultural, termo que a própria autora utiliza, Pesavento observou a mudança nos trabalhos, artigos, simpósios, defesas e dentre outros documentos para construir sua afirmação, considerando que esta trajetória se dá a partir dos anos 90 no Brasil, e para o restante do globo o pós guerra do Vietnã de 1968 e a ascensão do feminismo, em termos culturais contribuem para esta virada nos paradigmas da historiografia moderna.

Assim como, após um longo período, em que, a historiografia brasileira, apoiou-se num referencial a partir da escola dos Annales, passando por uma vertente econômico-social, este trabalho também buscou, de forma sucinta, recriar esse movimento a partir dos capítulos elencados, um primeiro momento de crítica a uma história positivista, alguns acertos a partir de uma história econômica e por fim um momento de segurança teórica com a história cultural, é evidente que para se construir uma narrativa mais atrativa, a historiografia, sempre utilizou

muito bem seus recursos discursivos para fazê-lo, sendo assim, também não abrirei mão de utiliza-lo aqui também.

Se outrora, a história cultural era considerada uma Cinderela entre as outras disciplinas, desprezada por suas irmãs mais bem-sucedidas, foi redescoberta nos anos 1970, como sugere a lista cronológica das publicações. (BURKE, 1937, p.7) E até o presente momento vive os louros de um mundo acadêmico cada vez mais pulsante no campo da história cultural.

Não é estranho o sucesso e a grandeza deste campo, tendo em vista que apenas o termo, “história cultural”, já consegue abarcar muitos assuntos, a vida humana produz e vive a cultura diariamente, porém agora este cotidiano de práticas, leis, pensamentos, costumes, vivências, experiências etc, é cuidadosamente examinado pelos historiadores culturais, que possibilitam uma análise mais clara de elementos antes vistos como triviais na vida humana e trazem respostas para novos questionamentos historiográficos.

Porém, retornaremos no debate de algumas páginas atrás, se a história cultural trata sobre muitas coisas e o conceito de cultura por si só já é abrangente, como definiremos cultura para este trabalho? Esta dissertação traçará o mesmo caminho que Burke ao definir cultura, o termo cultura era utilizado para definir a “Alta cultura”, ou a cultura erudita, para diferenciar-se da cultura subalternizada, criou-se o termo “cultura popular”, ou “baixa cultura”, e com o tempo o termo que era utilizado em escala vertical, passou a ser expandido em escala horizontal, considerando que anteriormente o termo se referia às artes e às ciências, “após um período passou a ser empregado para música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar)”. (Burke, 1937, p. 43)

As modificações que irão surgir a partir da história cultural são acompanhadas por mudanças no próprio seio da historiografia, para que a história cultural se configura-se como tal, haveria uma mudança anterior necessária que fundamentasse um principal conceito para história cultural, segundo Pesavento, o conceito de *representação*. Categoria central da História Cultural, foi incorporada pelos historiadores a partir das formulações de Marcel Mauss e Émile Durkheim, no início do século XX (PESAVENTO, 2003, p. 39).

Segundo Pesavento,

A representação é conceito ambíguo, pois na relação que se estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência. A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele.

Há uma exposição, uma reapresentação de algo ou alguém que se coloca no lugar de um outro, distante no tempo e/ ou no espaço. Aquilo/aquele que se expõe - o representante - guarda relações de semelhança, significado e atributos que remetem ao oculto - o representado. A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. (PESAVENTO, 2003 p.40)

E conclui que

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, consumidos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão (PESAVENTO, 2003 p.41)

Para esta pesquisa, falar sobre o conceito de representação, significa aproximar a história cultural do objeto estudado, compreendo que exista uma imagem estática sobre o que é ser paraense ou amazônico, dentro desta representação existem duas visões, uma externa de grupos não pertencentes ao território, e uma interna de formada por um grupo que ocupa os grandes centros populacionais e dita os parâmetros ao pertencimento à esta cultura.

E no final deste dualismo de representações, existe ainda uma gama gigantesca de outras formas de se representar a cultura amazônica, a pluralidade deste território também aponta para outras formas de ensinar sobre ele, é impossível falar sobre a história da Amazônia a partir de um molde curricular engessado, pois cada território tem sua própria relação com o lugar é deste modo, a partir das relações com o local e a Amazônia que discutiremos no próximo capítulo quais caminhos escolhemos em relação ao ensino de história da Amazônia para Redenção.

## **CAPÍTULO II**

### **HISTÓRIA, ENSINO E SUAS POSSIBILIDADES**

#### 2.1 Percursos da História e do Ensino

O ensino de história é uma das bases desta dissertação, logo cada linha que se desenvolve a partir destas discussões dialogam diretamente com o tema proposto, a fim de compreender melhor o estado atual do ensino de história em Redenção acredito ser necessário tratar sobre algumas categorias anteriormente, a primeira delas diz respeito ao próprio ofício do historiador, compreendo que a historiografia e o ensino caminhem de forma conjunta por muito tempo e deste modo escrevo sobre as proximidades e afastamento destes dois campos, ao mesmo tempo que apresento o percurso do ensino de história no Brasil, afim de situar o leitor sobre como enxergo e avalio a trajetória desta disciplina até chegar no caminho final desta pesquisa que é Redenção.

Deste modo, para este segundo capítulo buscar-se-á, também, responder os problemas teórico-metodológicos apresentados no primeiro capítulo, o primeiro de matriz historiográfica, em que trata-se sobre o conceito de Amazônia e de onde surge esta história de múltiplas Amazônias, afim de responder à este questionamento buscarei levar o leitor por um apanhado histórico acerca do ensino de história no Brasil e aos poucos trazendo estes detalhes pontuais sobre o ensino de história na Amazônia, porém neste primeiro momento abriremos o campo de visão para uma escala macro do ensino de história para que depois possamos aprofundar o debate.

O ensino de história é um aspecto fundamental para a compreensão do passado e a formação cidadã. Nesse contexto, é essencial analisar inicialmente o que é história e como surge o ensino dessa disciplina. O presente capítulo também tem como objetivo explorar as relações entre o conhecimento histórico acadêmico e o conhecimento histórico escolar, buscando compreender as similaridades, divergências, encontros e afastamentos entre esses dois campos historiográficos.

Considerando o conceito de campo historiográfico, que envolve a especialização dos historiadores em diferentes áreas de pesquisa, é importante refletir sobre a inclusão da historiografia escolar nesse contexto acadêmico. Ao situar ambos os campos no âmbito da história como ciência, propõe-se uma breve análise da trajetória e consolidação desses campos no escopo das ciências humanas, o objetivo é identificar possíveis aproximações e

distanciamentos entre esses dois campos, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do ensino de história.

Julgamos ser imperativo ao iniciar qualquer discussão sobre a História, conceituar a priori quais são as concepções acerca do Tempo, compartilho da ideia proposta por José Carlos Reis de que,

[...] há um tempo cronológico, este tempo cronológico está ligado à convenções de medidas humanas em relação ao movimento de rotação e translação, também baseados em uma relação com um calendário Solar, típico de civilizações ocidentais, em concorrência ao tempo cronológico existe também o tempo humano e o tempo histórico, este primeiro marcado pela prevalência de aspectos biológicos que conformam as experiências vividas de forma individual e que incorporam uma marca muito mais subjetiva, já o segundo, o tempo histórico, este atua como elemento de contato entre passado e presente, ligando experiências e trabalhos historiográficos, transportando cada indivíduo ao contato com o passado através da grafia produzida pelos historiadores (REIS, 2006, p. 23).

O presente ainda segundo Reis, “[...] é aquilo que está diante de mim, iminente, urgente, sem atraso” (REIS, 2006, p. 30) este elemento se mostra como uma categoria instantânea, que temporalmente ocupa o espaço dos acontecimentos onde produzem-se vestígios que se incorporam ao passado. Neste sentido, convido o leitor a repensar um entendimento comum entre aqueles que talvez por ignorância ou por falta de interesse buscam denominar a história como um estudo do passado.

Já sabemos que o passado é algo inatingível, então o que seria o objeto de estudo da história? Para Marc Bloch (2001) a história é o “estudo dos homens no tempo”, não existe, dentro desta ciência a possibilidade de separá-la deste elemento essencial à sua prática.

Sendo assim, categorizados os termos que precedem as discussões sobre o que é história e o que é tempo, podemos nos perguntar, de que serve a história? Ou melhor partindo das mesmas dúvidas propostas por Michael de Certeau, “[...] o que fabrica o historiador quando faz história? Para que trabalha? O que é este produto, a história?” (CERTEAU, 1982, p. 34). De forma esquemática, compartilhando do sistema proposto por Bertivoglio e Merlo (BERTIVOGLIO; MERLO, 2014, p. 14), os autores constroem cinco momentos que resumem as fases de construção daquilo que se constituirá como a operação historiográfica ou a própria escrita da história, iniciando com uma fase voltada para a história como literatura passando por Aristóteles no século IV a.C. até meados do século XVIII, depois, com um caráter narrativo acerca dos eventos ocorridos, iniciando sua segunda fase com Cícero no século II a.C. até meados do XIX, a partir daí, a história assume um papel retórico, possuindo um arsenal de técnicas de argumentação e persuasão, transformando os textos clássicos em modelos permanentes e imutáveis passíveis de formatação para outros trabalhos. Já no século XV a

travessia da idade moderna até o século XIX aproximam a história de questões mais humanas, o iluminismo e os movimentos intelectuais que serão desenvolvidos a partir deste, assumem um caráter muito mais filosófico à história, onde questões como cultura, política, povos e civilizações passam a assumir um lugar muito mais destacado dentro deste período.

Como quarta fase teremos uma história científica que durante o século XIX quase que em oposição à esta história romântica e filosófica, elege a pesquisa e crítica das fontes como os pilares metodológicos ao pesquisar e compreender o passado. Com o fim deste esquema e resultado de inúmeros debates a história assume um papel narrativo, que a partir de meados de 1980 procurou-se compreender a história a partir de um caráter literário e interpretativo assumindo que a explicação reside na própria narrativa e não no referente, o passado.

Todos estes eventos marcam não apenas por estratégia cronológica, mas também por caminhos da própria constituição da cientificidade historiográfica o percurso ao qual está ciência teve de passar, a história por também aproximar-se destas questões de trajetos, encontra em seu estudo aquilo que no final reverbera em todas as ciências, o caminho da construção do método, método este tão caro à historiografia.

Considerar que estas passagens nos levam hoje a observar os documentos e analisá-los de forma crítica, repensando a sua confecção, intenções, ditos e não-ditos, compreendendo que o historiador age a partir do singular buscando responder o plural.

Neste sentido, a história como ciência se mostra a partir de “um fazer que não é apenas o seu ("fazer história"), mas aquele da sociedade que especifica uma produção científica. “Se ela permite a um agir comum dar-se uma linguagem técnica própria, remete a esta práxis social como àquilo que torna possíveis os textos organizados por uma nova inteligibilidade do passado” (CERTAU, 1982, p. 64).

Não é tarefa do historiador também atribuir semântica ao passado? E ao fazê-lo não busca também ele criar técnicas de expô-lo? Buscando arduamente uma medida na finalidade de tornar a sua escrita acessível aos doutos e aos escolares? Preenchendo seus escritos com elementos iconográficos, vídeos, entrevistas, documentos, memórias todos estes com a finalidade de explicar aquilo que de fato reflete o seu presente?

A intencionalidade de apresentar, mesmo que de forma breve a trajetória da história e da escrita da história, serve para justificar o argumento que também circunscreve uma parte da problemática que envolve o segundo capítulo desta dissertação, existe historiografia sem didática? Afinal de contas para que servem tantos métodos, escolas, teorias de escrita da história se não estivéssemos visando o contato da produção deste conhecimento historiográfico com o público a quem lhe interessa este passado?

Mais uma vez busco através da memória do leitor o retorno as discussões do primeiro capítulo desta dissertação, como tratar sobre o ensino de história da Amazônia, pensando de modo historiográfico de forma tão abrangente? É preciso definir melhor os objetivos de uma pesquisa historiográfica, sabendo que durante o seu percurso de construção da escrita, podem ocorrer desvios, pausas, adiantamentos e todos esses recursos são de inteira responsabilidade do historiador, nenhum de nós é capaz de reconstruir o passado inteiramente assim como o foi, logo devemos sempre ter em mente os limites de cada pesquisa, sendo estes espaciais/geográficos, temporais e gostaria de incluir um limite cultural dentro destes parâmetros.

Este discurso muitas vezes pode ser entendido como pragmático àquele leitor menos instruído, evoco neste momento um sentimento pessoal em relação à história, observar a construção, ou seja, a prática da escrita da história, me faz recordar o momento em que tive contato com o personagem de Arthur Conan Doyle, Sherlock Holmes, o fascínio ao acompanhar o seu método de resolver os problemas não está em descobrir quem de fato cometeu o assassinato, todos nós sabemos que Holmes irá resolver o mistério, o que de fato nos cativa é descobrir o método da investigação, é perceber como elementos tão claros podem assumir outro papel interpretativo, assim é a história, nós já sabemos quem colonizou a América ou quem venceu a guerra do Paraguai no entanto o que cativa está na forma de justificar esta resposta e não há outro método de fazê-lo se não através da ciência.

Passadas as discussões sobre minhas concepções do que é história e historiografia, retorno a uma discussão acerca do método científico desta produção, observo que existam pontos de convergência entre o conhecimento histórico acadêmico e o escolar, daí surge a preocupação com o método científico, que Chizzotti classifica como “um processo de pesquisa que segue uma determinada sequência de etapas”(CHIZZOTTI, 1991, p.13) Também pode ser “[...] caracterizado por um texto científico cuja função é relatar os resultados, sendo que os fatos são calcados de originalidade, provenientes de uma pesquisa pré-determinada”(MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 43) logo, assim como não há ciência sem método também não existe ensino sem método e é aí que reside o ponto de convergência citado entre a produção historiográfica acadêmica e a escolar.

Neste sentido, vale ressaltar que assim como discutimos os caminhos para a constituição da história como ciência e sua escrita, acredito ser válido também observar o percurso do ensino de história no Brasil e sua trajetória. Circe Bittencourt (2018) inicia sua discussão analisando a história da educação europeia a partir de reflexões sobre a tensão presente no campo escolar entre poder e empoderamento, ambos conceitos discutidos por David

Hamilton (2011), analisa como a História Escolar se compreende a partir do confronto entre as humanidades clássicas, humanidades modernas e as humanidades científicas demonstrando como a constituição destes currículos das humanidades acompanham as discussões atuais sobre os referenciais tecnológicos institucionais da “sociedade do conhecimento” Hamilton, compreende que a partir do século XVI, as Humanidades foram entendidas por intelectuais e educadores como uma formação originária dos antigos romanos e gregos que visava “oferecer uma preparação do indivíduo para ser homem em toda a plenitude do seu sentido”(HAMILTON, 2011, p.15),

As humanidades ao longo do século do XVIII e XIX receberam mais textos “clássicos” e incorporaram o ensino do francês através de alguns textos. Estes novos conteúdos foram sendo incorporados ao currículo das humanidades dando origem às humanidades clássicas. (BITTENCOURT, 2018, p. 128).

Deste modo,

As humanidades clássicas também foram encontradas em currículos de escolas jesuítas dos séculos XVI e XVIII com a utilização religiosa dos textos clássicos em sua maioria tinham de ser trabalhados com cautela para não provocar contradições entre os entre os dogmas, a moral, os usos e os modelos do cristianismo e do paganismo (CHERVEL; COMPERE, 1999, p. 149)

Já nos colégios jesuítas nas colônias portuguesas na América, a recepção destes textos clássicos tinha como papel preponderante formar oradores para pregarem sermões para “colonos iletrados”, utilizando cuidadosamente os textos clássicos com o objetivo de também estreitar as relações com esta cultura portuguesa, o ensinamento de uma moral específica também era realizado para justificar por exemplo as práticas de guerra de extermínio de indígenas, escravização de africanos e também a controversa escravização de indígenas .

Segundo Bomtepi e Boto (2014),

[...] em 1759, a expulsão dos jesuítas promovida pelas reformas de marques de Pombal, realocam a prática do ensino de história do domínio religioso para o estado criando possíveis bases para um ensino de história autônomo moderno e laico. As convulsões políticas provocadas pelas revoluções burguesas do século XVIII e XIX contribuem para que estes elementos sejam introduzidos lentamente em currículos europeus e nas antigas colônias americanas em processo de constituição dos Estados nacionais. (BONTEMPI JUNIOR; BOTO, 2014, p.70)

No Brasil estas questões acerca dos Estados ganham força com o processo de independência, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, membro da Comissão de Instrução da Assembleia Constituinte de 1823 apresenta a primeira proposta de separação do ensino de história do tronco de separação das letras humanísticas, trazendo como principal elemento uma

educação de caráter público e sem a interferência da igreja, algo que de fato seria muito difícil de se realizar, pois a elite agrária e comercial que formava a câmara dos deputados e o senado durante o período e sem falar também de um clero secular que envolvia-se nestas questões educacionais ao apresentar suas experiências e trajetórias no território.

A História se conformaria como uma disciplina autônoma, através de uma renovação metodológica compreendendo-a não apenas como o estudo de fatos isolados, que são facilmente esquecidos, mas sim por “quadros de pensamento” capazes de abranger as relações entre conteúdo e método de ensino e aprendizagem, a proposta de Andrada foi rejeitada, justificada também pela dificuldade em se estabelecer um ensino público tão abrangente para o período.

Já em 1826,

A proposta apresentada pelo deputado Januário da Cunha Barbosa, um liberal religioso vinculado à maçonaria, era bastante pormenorizada, e pelo “ensino médio” as aulas seriam organizadas sob “disciplinas escolares” autônomas e implementadas por educadores especialistas. Assim caberia ao professor de História fornecer aos alunos [...] uma história civil e cronológica, depois de dar uma noção das ideias morais e religiosas dos povos antigos e de expor os diversos modos porque marcavam e exprimiam a ordem sucessiva dos tempos [...], daria os fatos mais importantes relativos à sua política, costumes e usos mais notáveis, de maneira que o seu curso de história cronológica tenha menos em vista os indivíduos que o das causas que influíram para a elevação e decadência das nações e fixar as épocas mais notáveis relativamente à prosperidade e desgraças dos povos. (BITTENCOURT, 2018, p.139)

Bittencourt nos revela também que durante este período a história se constitui como um conhecimento “obrigatório” pelos exames de admissão nos cursos de níveis superiores e também chama nossa atenção ao fato deste elemento ainda ter grande influência nas escolas dos conteúdos ministrados ainda hoje no que tange o ensino de história.

A chegada do ensino de história nos cursos preparatórios e no colégio Pedro II promoveu de forma singular o processo de autonomização das disciplinas, a instituição de “cadeiras” para as disciplinas contribuía ainda mais para que houvesse esta separação, o ensino de história no Brasil constitui-se como um campo de disputas evidenciadas também por questões de disputas religiosas acerca dos conhecimentos históricos e também por questões relativas a própria prática do ensino que ainda estavam pautadas nas mesmas formas do ensino das humanidades clássicas.

Na primeira metade do século XX, as inovações e as ampliações em relação ao ensino de história, incorporando a Idade Contemporânea e os discursos pautados em lógicas civilizatórias, pouco interferem no método de ensino da história que mais uma vez mantém as características das humanidades clássicas do “aprender de cor” as causas e os efeitos dos

diferentes acontecimentos realizados sempre pelos poderosos representantes do Estado, da Igreja ou do poder dos grandes proprietários.

Em 1950 a criação de cursos de história começa a visar também a produção científica de material capaz de dar conta de revisar os conteúdos para as disciplinas escolares, passa-se também a pensar a formação de professores e como os conteúdos, principalmente de história do Brasil seriam inseridos nesta nova lógica, pautada também em referenciais franceses sob fundamentos das humanidades científicas. No entanto Bittencourt ainda nos alerta que a história,

[...] mantinha-se como um ensino propedêutico com conteúdo selecionados para atender os exames vestibulares e que limitavam mudanças de conteúdos e métodos. Os objetivos centrais da História elaborados pelas políticas públicas do período da democratização populista deveriam limitar-se à disseminação do ideário da “democracia racial brasileira”: a forma pacífica da abolição dos escravos, a importância dos jesuítas na pacificação dos indígenas na fase da colonização, as contribuições dos africanos e dos índios na cultura brasileira...” (BITTENCOURT, 2018, p. 140)

Em 1960 as mudanças no ensino de história começam a ser observadas com mais projeção, no entanto os anos que se seguem até 1980 com o controle repressivo dos órgãos militares, impossibilitam que estas modificações cheguem de fato aos currículos brasileiros. A partir da década de 1980 novos currículos são propostos para o ensino de história, conteúdos que pudessem dar conta das novas produções da história sócio/cultural e do mundo do trabalho ganham espaço dentre as discussões do período. Em 1996 a Lei de diretrizes e bases da educação consolida o início destas reformas de maior impacto no ensino de história, seguidas também dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1988 (PCN- BRASIL, 1998), estas reformas abrem espaço para as leis 10.639/03 e 11.645/08 que versarão sobre a inclusão de História da África e das culturas afro-brasileiras e a História dos indígenas.

Em 2017 a Base Nacional Comum Curricular (2018) é aprovada, incorporando aspectos que mais uma vez modificariam as práticas do ensino de história, que agora deverá ser voltado para práticas que consigam dar conta de instrumentalizar o aluno para os desafios do mundo globalizado, o ensino de história se mostra como uma ferramenta de identificação das diferenças entre o eu e o outro, possibilitando também a comparação entre a constituição histórica dos indivíduos a partir da interpretação de textos, objetos, documentos, fontes enfim de todo aparato instrumental do historiador, bem como suas tecnologias.

Acompanhada pelas reformas da base em 2017 é também aprovado o Novo Ensino Médio que também divide opiniões entre especialistas da área, mas que na prática mostra-se

como uma proposta de poucos avanços para o conhecimento histórico escolar, levando em consideração mais uma vez a aproximação do aluno com questões relativas ao mercado de trabalho e da instrumentalização do conhecimento histórico em garantias de vantagens dentro da lógica capitalista global.

Em síntese, ambos os campos do conhecimento histórico, acadêmico e escolar, tiveram de enquadrar-se em movimentos maiores ao longo do seu percurso de constituição, não é possível defender que a história como ciência é feita de forma unilateral apenas pela academia ou que apenas os professores da educação básica devam preocupar-se com a produção de metodologias que se tornem mais inteligíveis aos nossos alunos.

Corro o risco de parecer óbvio ao apresentar este argumento, porém, creio que academia e escola se constituem como espaços diferentes, sendo assim, devem ser entendidos cada um dentro do elemento que os unifica, a História como ciência, diversos trabalhos buscaram discutir esta relação entre o saber acadêmico e o escolar, em muitas destas leituras o conceito de “transposição didática” proposto por Chevallard (1991) reitera e justifica o surgimento de uma dependência do conhecimento histórico escolar em relação ao acadêmico.

João Edson de Arruda Fanaia em seu artigo intitulado *História, Saber Acadêmico e Saber Escolar: Um Diálogo Possível?*, publicado em 2008, aponta para a necessidade de tornar os alunos cientes que “as nossas construções do e sobre o passado são oriundas de partículas, de registros e pistas infinitesimais, que se encontram esparsas e pulverizadas e nos causam, muitas vezes, a sensação de que os mesmos nos escapam pelos dedos como fumaça.” (FANAIA, 2008, p.18)

Neste ponto gostaria de apresentar minhas críticas à este tipo de discurso, assim como Chervel, Bitencourt já nos alertaram sobre a fase tecnológica a que estamos submetidos, não há novidade neste discurso em relação ao que faz o historiador, qualquer pesquisa em menos de 5 minutos pode dar conta de responder esta questão ao aluno. Compreender que este aluno necessita se tornar autônomo em pensamento e ao mesmo tempo escolher para ele com quais ferramentas ele deve fazê-lo é tratá-lo como uma tábula rasa, que deve ser lapidada e aprimorada ao passo que lhe são inseridos novos conhecimentos.

Neste quadro, o ensino de História não tem como ser enunciação, mas diálogo. Não cabe a ideia de que a História – ciência produz e a História ensinada reproduz, divulga ou didatiza para o mundo dos não iniciados. A história como ciência escolar deve preocupar-se com aprimorar nos alunos capacidades de identificar permanências, rupturas, continuidades, interrupções acerca do seu tempo e das questões que envolvem a sua comunidade como parte

atuante dentro de um contexto de história universal. É desta forma que a aprendizagem se constitui, através da observação de saberes anteriores e saberes novos. (CERRI, 2009)

Talvez seja por este motivo que a história escolar, desde sua constituição com o ensino mnemônico do passado tornou-se desinteressante para nossos alunos, pois até o momento e neste ponto confesso meu desconhecimento sobre as reais causas desse efeito, academia e escola pouco se esforçam no sentido de caminhar e produzir cientificamente juntas, uma simples observação pode ser feita, existem aproximadamente 185 revistas de história no Brasil com Qualis A1- A2 em levantamento realizado pela plataforma sucupira no ano de 2017 (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>), aproximadamente, apenas 14 destas preocupam-se em divulgar de forma específica trabalhos relativos ao ensino de história ou à educação, pouquíssimos ou quase ausentes são os profissionais que atuam na educação básica e conseguem participar ativamente do mercado editorial.

A história como ciência teve uma trajetória conturbada ao longo de sua constituição, um dos objetivos deste capítulo era demonstrar que o ensino de história como ciência, também passou e passa por essas turbulências, no entanto, torna-se necessário estreitar as relações entre academia e escola, entre os profissionais que atuam nestes dois campos e principalmente dotar a escola de meios mais eficazes para se participar de forma efetiva dos meios científicos tradicionais.

É neste caminho que este trabalho se insere, buscando reaproximar estes campos do conhecimento, acredito que neste caminho o Mestrado Profissional Em Ensino De História (PROFHISTÓRIA) caminha assertivamente nesta direção, as produções acadêmicas em níveis nacionais demonstraram ao longo dos anos que já não existe mais a necessidade de ainda haver tanto distanciamento acerca do que é produzido na academia e do que é ensinado em sala, as inúmeras dissertações do programa demonstram o quão frutíferos e plurais as possibilidades de atuação acadêmica no espaço escolar.

Sendo assim, defendo que este trabalho do início ao fim tenha seus pés fincados em matrizes do ensino de história, mas que não desiste de sustentar os conceitos apresentados com um referencial historiográfico, de modo que neste momento possamos ver na prática a defesa que se apresentou neste capítulo, escola e academia não são diferentes no que se refere à relevância da geração de conhecimento historiográfico.

Ensinar sobre a história da Amazônia é uma tarefa árdua, não trataremos aqui de apresentar as questões sociais e políticas, pois acredito que para tecer respostas para estes problemas é preciso de um outro referencial teórico, no entanto, não podemos ignorar que a educação no estado do Pará, não atingiu os marcadores positivos dentro das últimas avaliações

nacionais e este quadro já se perpetua por muito tempo, logo não ignoramos a existência destes problemas, porém pela impossibilidade de apresentar soluções concretas para estes casos, iremos nos deter apenas à analisar os problemas teóricos singulares do ensino de história na Amazônia.

Apresentados os caminhos aos quais este ensino percorreu durante sua trajetória, irei me deter a regionalizar a discussão através das reflexões trazidas a partir do ensino de história local, afim de unificar os conceitos apresentados até aqui, dentro da problemática do município de Redenção-PA e sua forma de lidar com o ensino de história local.

## 2.2 HISTÓRIA LOCAL USOS E PRÁTICAS

Em dezembro de 2017, foi aprovada, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) do Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e o ensino fundamental.

Enquanto grupos empresariais, como a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna, o Todos pela Educação, são unânimes na defesa da base, difundindo o discurso da igualdade de oportunidades que a ela pode proporcionar, associações científicas, profissionais, movimentos sociais e de trabalhadores apresentam diversas críticas ao documento, apontando as desigualdades das condições de ensino e aprendizagem às quais estão submetidos milhares de professores e alunos em todo o país. (GIROTTI, 2019, p.26)

Tratar sobre estes assuntos educacionais, propondo modificar uma estrutura curricular sem antes verificar os procedimentos para a realização dessas mudanças, inviabilizam os resultados projetados pela BNCC, tratando-se de Amazônia, mais especificamente o estado do Pará, essa realidade educacional nos diferentes municípios da região torna-se ainda mais latente.

Nesse sentido, acredita-se que ao analisar os resultados práticos da aplicação da BNCC, poder-se-á comprovar, que estas demarcações apenas nos conteúdos e não nos instrumentos que garantem a sua realização, prejudiquem ainda mais os objetivos da disciplina de Estudos Amazônicos, que preocupa-se precipuamente em desenvolver uma identidade regional e pertencimento histórico nos seus educandos.

A historiografia nacional ressalta as semelhanças, enquanto a regional, quando contrastada, trata das diferenças e da multiplicidade. Há no cenário global a necessidade de se apresentar esse panorama a fim de garantir sentimentos nacionalistas, de pertencimento, territorialidade etc. (LIMA; MUNIZ, 2020) E tratando-se de uma disciplina tão importante para

a formação desses sentimentos de pertencimento, é imperioso tratar deste tema com muita seriedade, buscando compreender cada espaço escolar de acordo com a sua realidade.

Sendo assim, como sustentar a defesa do ensino de história regional frente às constantes mudanças no cenário educacional brasileiro? Utilizamos a palavra defesa, pois consideramos que o ensino de história, em sua matriz e itinerário histórico, sofreu diversos ataques até poder caminhar sozinha, iniciamos com os ataques durante o período de regime militar, passamos, pelas reformas da Lei de diretrizes e bases e suas contradições quanto ao ensino de história apenas do passado e que não refletiam sobre o presente, até desembocarmos em uma disciplina que se preocupa com a formação social dos alunos e a gestão de uma mentalidade crítica, acerca da realidade (PICOLLI; PAIM, 2007) e que atualmente vive mais uma tentativa de cerceamento da autonomia didática dos professores através da BNCC.

Este projeto defende a sustentação da história regional, porém não ignora o fato de que se deva construir um sentimento de pertencimento com o local sem que haja o distanciamento de uma memória nacional,

[...] o que se quer é, justamente, destacar as diferenças locais e regionais, mostrando valorizando não o que é genérico e sim o que é próprio, peculiar de cada local, possibilitando virem à tona os diferentes sujeitos com suas experiências, seus valores, crenças, seu modo de, enfim, com sua cultura.” (ASSIS; BELLÉ; VANIA, 2007, p.8)

Nessa lógica,

[...] sabemos que, muitas vezes, os interesses econômicos e financeiros acabam por esconder os verdadeiros anseios da escola, sufocando a autonomia de decisões e a elaboração de projetos. Por isso, não podemos deixar que um currículo pronto provoque uma superlotação no tempo escolar, quando os professores e direção tenham que correr o tempo todo atrás de uma demanda que é obrigatória, esquecendo-se daquilo que é próprio da realidade local.” (CANDIDO; GENTILINI, 2017 p.134)

Estes debates supracitados, evidenciam a necessidade de discutir quais os resultados da aplicação da BNCC, tendo em vista que através de uma análise rasa sobre o assunto é possível perceber resvalos na sociedade econômica, cultural, educacional e principalmente na formação identitária de uma parcela enorme da população brasileira, estudar os reflexos da sua chegada na educação brasileira possibilita que se enxergue uma nova perspectiva de controle sobre o ensino de história, diversos pesquisadores paraenses já discutiram sobre o assunto e também apontado estas mesmas características imperativas, em 2017 Menezes já tratava sobre a pouca participação docente na elaboração da base, seja por falha na logística de capacitação dos colaboradores, “desprezo” das experiências docentes ou falta de liberação das secretarias

de educação para que os docentes da educação básica comparecessem aos fóruns de debate e elaboração (MENEZES, 2017). Também em 2020 Lima e Muniz, pesquisadores da região amazônica, alertam sobre as formas de repensar o currículo, que nestes moldes apresentados, mascararam-se, tentativas de manipulação e instrumentalização da disciplina historiográfica e continuam dizendo.

[...] a BNCC (2015), na disciplina de História, que pela crítica de órgãos como a ANPUH, foi descrita como incompleta, desarmoniosa ou eurocêntrica e a maior parte dos pesquisadores apontam-na como verdadeiro fracasso, tais críticas que apresentaremos foram importantes para que esta base fosse revisada e rerepresentada na versão de 2017. (LIMA; MUNIZ, 2020, p. 272).

Além de denunciar o eurocentrismo presente na primeira formulação da BNCC (2015), Lima e Muniz também nos alertam sobre a hierarquia e as estruturas de poder que o próprio estado, em sua ideia de nação promovem através da taxatividade de conteúdos apresentados pela BNCC (2017) “[...] baseada em narrativas, como, por exemplo, dos conhecimentos hegemônicos produzidos na região sudeste. Em síntese, não é só o eurocentrismo que nos preocupa, mas sim o predomínio das narrativas dos grandes centros urbanos” (LIMA; MUNIZ, 2020). Aquilo que Bittencourt (2018) discute como “sistema capitalista globalizado” em que a educação é construída aos intentos da mídia, das avaliações internacionais e do mercado global de consumo.

A alternativa que se mostra como elementar para solucionar este caso é a do ensino de história local, a fim de construir uma narrativa capaz de dialogar com os usos da história local nesta dissertação, iniciaremos uma discussão teórica com alguns dos principais autores que já trataram acerca deste tema, afim de posicionar o leitor no momento, lugar e tempo que estamos tratando acerca da história local.

Como primeiro teórico e para dar conta de três conceitos ímpares para este debate, trago José D’Assunção Barros, a partir do seu artigo *História, região e espacialidade*. Barros discutirá a proximidade de leituras sobre o espaço vindas de outros campos do conhecimento, principalmente a geografia, é neste debate que o autor nos apresenta três conceitos fundamentais para se compreender as bases do que pensa esta dissertação sobre o ensino de história local.

O primeiro deles é o de espaço, para Barros, espaço,

[...] pode ser abordado como uma área indeterminada que existe previamente na materialidade física (e, neste caso, ainda não estaremos considerando as noções de

‘espaço social’, de ‘espaço imaginário’ e de ‘espaço literário’ que já foram mencionadas). (BARROS, 2005, p. 98)

Esta noção acerca do espaço cria outros debates acerca de outros conceitos, como: território, região, paisagem, e estas noções aos poucos vão sendo incorporadas nos debates historiográficos e posteriormente poderão ser vistas como uma possibilidade de fonte, como o caso do campo historiográfico da história da natureza, esta proposta de uma história ambiental e ecológica pode ser observado nos trabalhos da historiadora Leila Mourão Miranda, atualmente pertencente ao quadro de discentes aposentados da Universidade Federal do Pará.

Neste conjunto de conceitos entra a noção acerca de região, ainda segundo Barros,

Grosso modo, uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão uma identidade à região (e que só se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela poder ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos dentro dos seus limites. Vale dizer, a região também pode ser compreendida como um sistema de movimento interno. Por outro lado, além de ser uma porção do espaço organizada de acordo com um determinado sistema ou identificada através de um padrão, a região quase sempre se insere ou pode se ver inserida em um conjunto mais vasto. (BARROS, 2005, p. 98)

Ao passo que dialogamos neste texto acerca da região amazônica, percebemos que minuciosamente a pluralidade desta região sempre se mostrou como uma das maiores características deste espaço, desde os primórdios do processo de ocupação da Amazônia, diversos grupos humanos dos mais distintos hábitos e costumes dividiram o território que hoje a cada dia, transforma-se ainda mais, e é neste processo de transformações constantes e ininterruptas que se assenta o diálogo que esta produção faz com o ensino de história.

Como diagnosticar as transformações dentro da região e os efeitos destas nas populações? É por este motivo que o segundo capítulo desta dissertação dialoga com a historiografia de Redenção-PA, trazer o leitor para um momento histórico diferente e anterior, situando o espaço, rios, ou seja, apresentando a espacialidade é fundamental para que se demonstre onde e como se faz a história destes grupos humanos que ocuparão a região do sudeste do Pará advindos da primeira frente de expansão do Sul e Sudeste do Pará.

Ao apontar como em um primeiro momento estes migrantes perceberam a região e aos poucos foram criando novas interações é também uma forma de atribuir identidades para estes novos grupos que se assentam as margens do rio Araguaia e que futuramente conformarão uma parte da população e da memória de Redenção.

Regiões podem ser divididas por diferentes tipos de critérios, económicos, sociais, espaciais, geológicos culturais etc., porém o critério de observância desta dissertação é o critério cultural, pois foi este o pontapé inicial para percepção de outras categorias que distinguem esta região das demais na Amazônia.

Perceber que estes alunos não identificavam-se com a cultura amazônica “hegemônica” do restante do estado, foi a principal motivação para a construção desta dissertação, encaixar-se em um determinado local que não lhe pertence sempre será uma tarefa dolorosa, como homem negro e morador de periferia, sempre senti, desde cedo, o quanto a rejeição afeta o desenvolvimento social daqueles que são excluídos, no entanto o que é ainda mais doloroso é a tentativa incessante de encontrar-se buscando meios para alocar-se nestes espaços.

Aqui trato de uma região no sentido cultural, a metrópole do estado do Pará, culturalmente exporta modos de vida para o interior do estado, estes novos movimentos de difusão musical, alimentar de costumes crenças etc., alcança estes municípios mais distantes de forma menos efetiva, sendo assim, como identificar os elementos culturais de um território que se coloca em uma zona mista de intercessão entre regiões?

Busquei por muito tempo responder a esta pergunta, mas não obtive uma resposta satisfatória, até mesmo porque estava buscando em Redenção uma característica unificadora, que pudesse ser capaz de explicar o todo a partir de um elemento, como por exemplo, durante boa parte da minha infância crescendo nas escolas de Belém-PA, quando haviam eventos culturais e de manifestações de danças o ritmo escolhido para representar uma dança regional era o Carimbó (O Carimbó é uma dança folclórica brasileira, característica da região norte do país, mais especificamente do Pará, possui origens no sincretismo entre as culturas negra, indígena e portuguesa) ou o Lundu<sup>5</sup>, ambas provenientes da mistura étnica do período colonial da Amazônia. No entanto, quando se falam em eventos culturais que envolvam dança em Redenção, pouco ou nada se fala do carimbó, e o ritmo que comumente é visto é o sertanejo muito mais próximo do centro-sul do país do que da região norte em pontos culturais e geográficos como neste caso.

Além destes dois conceitos já apresentados Barros também trabalha a categoria de paisagem, que para nós será o último deste trio, segundo o autor,

---

<sup>5</sup> O lundu tem uma proveniência incerta. Sabe-se que deriva da musicalidade dos negros de Angola e do Congo, que levaram para o Brasil a sua tradicional dança da umbigada (semba, em quimbundo). No século XIX, o português Alfredo de Moraes Sarmiento descreveu uma dança “essencialmente lasciva”, capaz de reproduzir os “instinctos brutae” dos povos africanos (MONTEIRO, 2009, p. 1).

[...] uma paisagem é uma associação típica de características geográficas concretas que se dão numa região – ou numa extensão específica do espaço físico – e constitui um determinado padrão visual que se forma a partir destas características que a singularizam (pensemos na paisagem de um Deserto, de uma Floresta, ou de uma Cidade). Podemos falar de uma “paisagem natural”, mas também de uma “paisagem cultural” – esta última dando a perceber as interferências do homem que acabam por imprimir-se na fisionomia de um determinado espaço conferindo-lhe uma nova singularidade. (BARROS, 2005, p. 99)

Logo, entende-se que estes três conceitos complementam-se na análise deste trabalho, o primeiro de categoria espacial, que se refere ao todo como uma unidade, mas que possibilita-se trabalhar com o diverso e o singular dentro de cada região e de acordo com cada tipo de região e um terceiro de ordem pessoal, é a manifestação menos afetada pelo conjunto a paisagem é a percepção pelo homem do seu próprio espaço geográfico, reconhecendo estas categorias será muito mais fácil para nós historiadores trabalharmos outros conceitos com o ensino de história que se avolumam nestas discussões aqui já elencadas.

O conceito de história local, segundo Neves (1997),

[...] por história local deve-se entender todos os sentidos decorrentes do uso da palavra história: o processo histórico, a ciência da história e a historiografia, considerados da perspectiva de um determinado local. [...] Neste caso a história local refere-se ao conhecimento histórico, sob a perspectiva local, e pode significar, o local como objeto do conhecimento e/ou local como **referência** para o conhecimento. (NEVES, 1997, p. 14-15)

Logo, para o caso em questão, Redenção se coloca tanto como o local, objeto e referência do conhecimento, tendo em vista que para se discutir a história de Redenção, é necessário antes que estes alunos sejam capazes de reconhecer-se como parte deste grupo que hoje compõe a população e é também produtor do capital cultural deste município.

Para que este objetivo seja atingido uma segunda categoria deve ser introduzida para o debate o de identidade social, para Neves,

Os diferentes sentidos da palavra história exigem, sempre, desdobramento nas definições, cada uma delas, por seu lado, gerando novos desdobramentos. Na dimensão do processo histórico, sujeito é quem faz a história, ou seja, é quem realiza as ações; na dimensão da ciência da história, sujeito é quem produz o conhecimento. O conhecimento desvenda e fundamenta ações. Assim sendo sujeito e conhecimento interagem para produzir ações, vale dizer, para produzir história. O reconhecimento desta interação cria e desenvolve identidade social. A identidade social é, portanto, um atributo de sujeitos da história que se definem e se reconhecem na ação. (NEVES, 1997, p. 15)

Neves ainda continua em seu artigo trazendo os vícios da história geral e as vicissitudes da história local, colocando como no primeiro caso os exemplos de eurocentrismo/ocidentalismo como um problema presente na história geral; o quadripartidarismo que enquadra o mesmo modelo temporal para todos os outros locais excluindo assim a diversidade de outras regiões; o oficialismo como uma uniformização da história, onde é possível encontrar elementos de uma historiografia mais positivista, pautada na história dos heróis e etc.

Nos casos da história local haverão de ser analisados os termos de localismo/bairro, que exclui aquele que não é do grupo singular criando o “nós e os outros”; personalismo que é o caso mais encontrado no que tange o a historiografia de Redenção-PA, onde obras de grandes homens disfarçam-se de história local, e por fim a folclorização que busca atribuir ao local a origem e criação de modos de vida tão singulares que simplesmente rejeitam outras existências e estas grades tanto prendem a sua população quanto impedem de outros modos adentrarem no cotidiano local.

Reconhecer a importância destes conceitos e principalmente o de identidade social é também fazer jus a importância que se dá à produção historiográfica, tendo em vista que a identidade social é uma construção coletiva, mas se mostra também como pessoal e intransferível, é de fundamental importância, que vejamos estas relações também como as relações construídas pelos homens pois são elas que transformam a história da humanidade no tempo e espaço e conseqüentemente alimentam a escrita da história.

Dito isso, e pensando agora em alguns dos conceitos já elencados aqui, partiremos para junção de alguns deles, recuperando diálogos do capítulo anterior sobre o ensino de história entraremos de fato neste momento na discussão sobre o que é a história regional, Marcos Lobato Martins no capítulo intitulado *História Regional* presente no livro de Carla Pinsky, *Novos Temas nas Aulas de História* (2013), “afirma que até o século XVIII, no mundo inteiro as regiões constituíram “países”, no sentido de que elas eram não apenas a unidade apropriada para o estudo das sociedades, mas porque elas eram, de fato, os habitats dos homens e mulheres pré-modernos.” (MARTINS, 2013, p. 135).

Martins, afirma que o desenvolvimento de que questões nacionais em ordem das questões regionais se deu a partir do desenvolvimento da economia global que associada à formação dos estados modernos e do iluminismo, contribuíram para a dissolução daquilo que antes era uma das categorias mais relevantes dentro da compreensão do modo de vida das sociedades.

É fato que desde a primeira revolução industrial e seguindo também da sua segunda fase, o mundo inteiro buscou, de formas mais singulares posicionar-se frente aos avanços tecnológicos, falamos sobre questões puramente simplórias aos dias de hoje, como por exemplo o uso de um trem a vapor para locomoção ou até mesmo viagens mais longas de navios realizadas em um tempo menor, o planeta aos poucos vai dissolvendo aquilo que chamaremos de barreiras regionais e durante um bom tempo podemos perceber que essas questões vão se inserindo nos modos e costumes de outras regiões que ou incorporam ou rejeitam ou adaptam esse novo conteúdo.

De forma muito cuidadosa aqui, deixo minhas considerações sobre este panorama que propõe Martins, reconheço que sim, com o advento dos últimos eventos citados o mundo inteiro sentirá um alargamento das fronteiras, no entanto, não considero que seja esta seja a única forma de observar este processo de regionalização, para Martins as regiões estão sucumbindo frente as nações, já eu acredito que as regiões ganham ainda mais força após o advento destas questões.

Tomemos por exemplo a nossa região estudada, a Amazônia do século XVI não é puramente e excessivamente comercial em todo seu território, mas há dentro deste local uma região que preocupa-se em desenvolver esta particularidade, assim como haverá outras regiões que desenvolverão outros modos de vida, o que vale neste contexto é observar qual região influenciará a outra primeira, as regiões possuem uma área de influência que cresce de acordo com a criação da necessidade exportada aos outros territórios, não se consome música clássica no sertão amazônico, mas se este for um elemento de diferenciação das elites dentro de uma região dominante, logo mais no sertão amazônico aquele que se obtiver uma vantagem econômica irá repercutir este comportamento.

Enxergo este fator como praticamente um processo biológico de sobrevivência, se existe um comportamento que produz segurança ou sucesso, novos homens irão tentar replicá-lo pois também querem garantir a mesma forma de alcance econômico afim de possuir ferramentas de sobrevivência em meio a sociedade.

No nosso caso, esta roda, agora gira de forma contrária são tantas zonas de influência regionais próximas à Redenção que mesmo pertencendo ao território demarcado ao estado do Pará, culturalmente (que ao meu ver é o tipo de expansão de maior escala em todos os territórios) não se enxergam apenas estes elementos advindos de uma zona mais próxima, esse evento se dá única e exclusivamente pelo momento e tipo de processo de ocupação de Redenção, que desde os primeiros grupos humanos a habitar aquele território foi presenciado a condição de migrantes em busca de novos locais de sobrevivência.

Se estes alunos se confundem com a cultura do seu território imaginem com a história e aqui está também uma das justificativas para realizar este trabalho, a história regional,

[...] não trata simplesmente da História que lida com pequenas porções de um país: uma área determinada pela geografia física (por exemplo, a Amazônia ou o semiárido), um estado ou um município. História regional é aquela que toma o espaço como terreno de estudo, que enxerga as dinâmicas história no espaço e através do espaço, obrigando o historiador a lidar com processos de diferenciação de áreas. A História regional é a que vê o lugar, a região e o território como a natureza da sociedade e da história, e não apenas como palco imóvel onde a vida acontece (MARTINS, 2013, p. 143).

Martins de forma muito assertiva delimita os entendimentos acerca do que penso sobre a história regional, porém no que tange ao ensino de história regional, nossas ideias passam a dividir-se, para Martins e também alguns outros autores a história regional deve ser um trabalho de combate ao mundo globalizado e de revalorização do local em detrimento do global, esta via é um tanto quanto perigosa, mais me parece uma síndrome de super-herói da educação brasileira, buscando formas de vencer um inimigo capitalista, não há porque incentivar a ida à um confronto com nossos alunos quando nem eles mesmos sabem o que estão combatendo, em que momento.

Esta proposta de “recolonialização” do planeta pelos vindos de baixo é suicida, o local não tem formas para combater o global, até mesmo porque não vejo a necessidade deste confronto, por exemplo, devo incentivar que meus alunos consumam apenas o folclore regional em detrimento do interessantíssimo folclore nórdico, presente em diversos filmes e séries? É evidente que não, no entanto não posso ser ingênuo de acreditar que estas grandes massificações de questões regionais de outros países sejam apenas com o intuito de difundir a cultura, e é neste ponto que o professor de história deve atuar, criar diálogos entre o local e o global é a tarefa fundamental, é a partir do conhecimento da sua história que podemos criar sentido e valorização do materialismo cultural local.

Não é simplesmente dizer que o Curupira<sup>6</sup> é melhor que o Thor, por exemplo, mas sim de buscar compreender a mitologia nórdica a partir de um referencial local, alocando ambas no campo da cultura imaterial e do misticismo, tentando perceber quais elementos de ambas histórias repercutem na vida dos cidadãos de seu território, defendo que neste ponto o papel do professor de história não deva ser apenas o de responder as perguntas de seus alunos, mas sim de criar perguntas que nem eles mesmos sabiam ser interessantes questionar.

---

<sup>6</sup> Entidade do folclore amazônico que cuida das florestas.

Sendo assim, como tratar da história local de Redenção? Quais são os elementos da história deste território que conversam com o global e local? Através da leitura do trabalho de Silva, citado no primeiro capítulo desta dissertação busquei delimitar algumas passagens que buscavam esse sentido, relacionar a história da região e criar pontes para a incorporação de Redenção ao mapa nacional, não de forma ostensiva e sim de forma natural e partir dos alunos.

O primeiro ponto citado para tratar destas relações foi o elemento que unifica o povo de Redenção, que curiosamente é o elemento migratório, elucidar o conceito de migrações, suas motivações e também seus desdobramentos na sociedade atual é uma das formas de fazer com que estes diversos alunos percebam-se como membros de um grupo que reúne-se em um território novo em busca de novas condições de sobrevivência, seja nos moldes das primeiras frentes de expansão ou dos moldes modernos como as das levas migratórias mais recentes.

O segundo destes é o fator econômico da participação de Redenção no ciclo de extração da Borracha, até o momento atual que relaciona-se com a agropecuária já estabilizada na região, demonstrar aos alunos de forma esquemática que os modos de apropriação do território também delimitam as formas de caminhar da economia e que por mais que não sejam tão claras assim as relações entre o local e o global, a economia e as técnicas de produção sempre serão diversas, comparar o modo de produção de Redenção com outros locais também é criar pontes com a história nacional e global.

E por último e não menos importante a cultura de Redenção é um misto de diversos grupos de fronteiras próximas, não ter uma música, comida ou tradição bem definida e demarcada também é um fator de diferenciação entre as escalas locais e globais, isso se dá justamente por conta do processo histórico de ocupação do território, é impar pensar a história de Redenção a partir de seus habitantes atualmente, pois esta geração de novos adultos é a que dará continuidade aos processos anteriores, serão estes alunos que abrirão os novos e modernos escritórios, comércios museus, escolas etc., se estes não reconhecem-se como parte daquele território, mesmo que seja na ausência de elementos culturais únicos, eles buscarão sair deste local e tentar enquadrar-se onde lhes é mais confortável culturalmente.

Dadas as premissas que seguem e norteiam este trabalho, avalio agora ser concluída a fase de discussões teóricas, pois cada conceito e categoria de análise que foi discutida nestas linhas, estará também no material proposto como resultado desta pesquisa, o vídeo pensado para este trabalho deverá abarcar estes conhecimentos sobre ensino de história local, cultura amazônica e por fim Redenção.

## 2.3 HISTÓRIA E TECNOLOGIAS NO ENSINO

É evidente que a geração atual de estudantes está cada vez mais tecnológica, vale ressaltar que uma crítica comum feita ao longo dos anos ao ensino de história, era de que esta matéria era demasiadamente textual e decorativa, provocando assim pouco engajamento dos alunos com a disciplina.

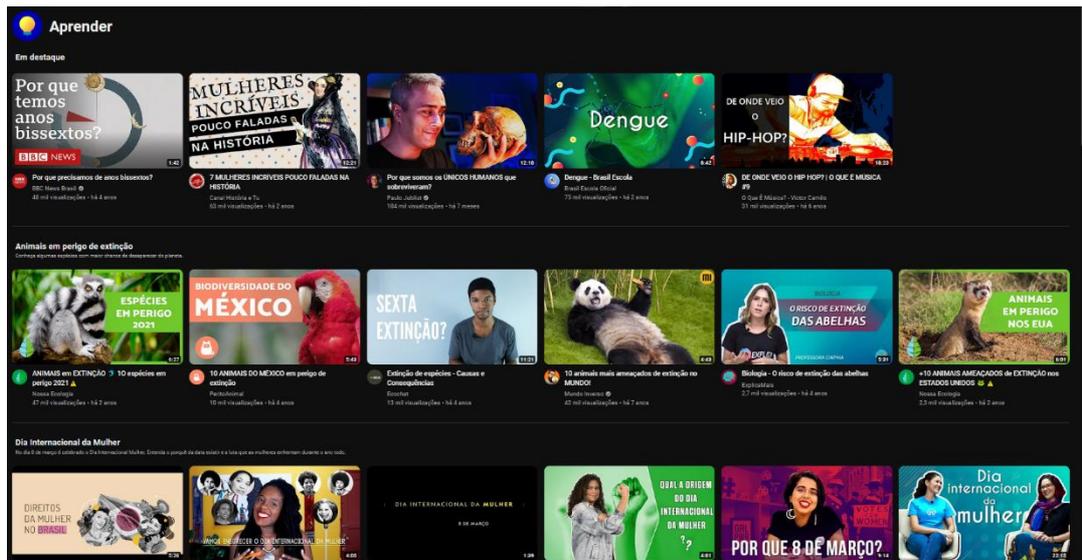
Engajamento, curtidas, seguidores e trends, são parte do vocabulário atual utilizado através das mídias sociais, este espaço cibernético retém, as vezes por muitas horas, a atenção dos nossos alunos diariamente, é possível observar nos pátios das escolas do Brasil a fora, grupos de estudantes conectados ao mundo virtual e real ao mesmo tempo, compartilhando vídeos, comentando sobre eles com seus pares ou até mesmo criando e reproduzindo vídeos para diversas plataformas de entretenimento.

Por muito tempo estas plataformas visavam proporcionar uma forma diversificada de entretenimento, o youtube por exemplo:

Fundado por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, ex--funcionários do site de comércio on-line PayPal, o site YouTube foi lançado oficialmente sem muito alarde em junho de 2005. A inovação original era de ordem tecnológica (mas não exclusiva): o YouTube era um entre os vários serviços concorrentes que tentavam eliminar as barreiras técnicas para maior compartilhamento de vídeos na internet. (BURGESS;GREEN. 2009, p.17)

Os vídeos foram ganhando novas formas e abrindo espaço para novas narrativas dentro da plataforma, no âmbito educacional podemos dizer que dentro deste contexto de internet o Youtube foi um dos primeiros locais a receber vídeos educacionais fora do espaço educacional escolar, ao longo dos anos a plataforma foi adquirindo mais experiência em relação aos conteúdos educacionais e atualmente possui um grande arcabouço técnico, capaz de auxiliar na difusão do conhecimento um deles é a aba de pesquisa “Aprender”, que possui um filtro para conteúdos educacionais criados dentro da plataforma.

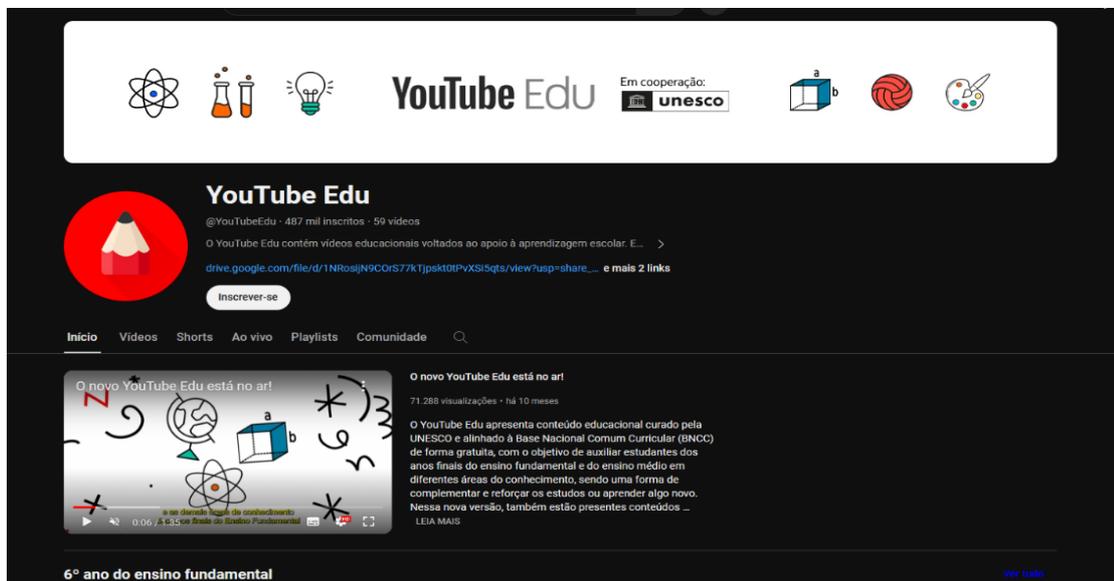
**Figura 5:** Aba “Aprender” no Youtube



Fonte: Youtube, 2024.

A existência de canais oficiais do próprio governo brasileiro, também reforçam a importância deste meio de comunicação no cenário atual da educação, podemos citar como parte deste exemplo os canais do Youtube Edu, em parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) :

Figura 6: Página inicial Youtube EDU



Fonte: Youtube, 2024.

Há também o canal do Ministério da educação:

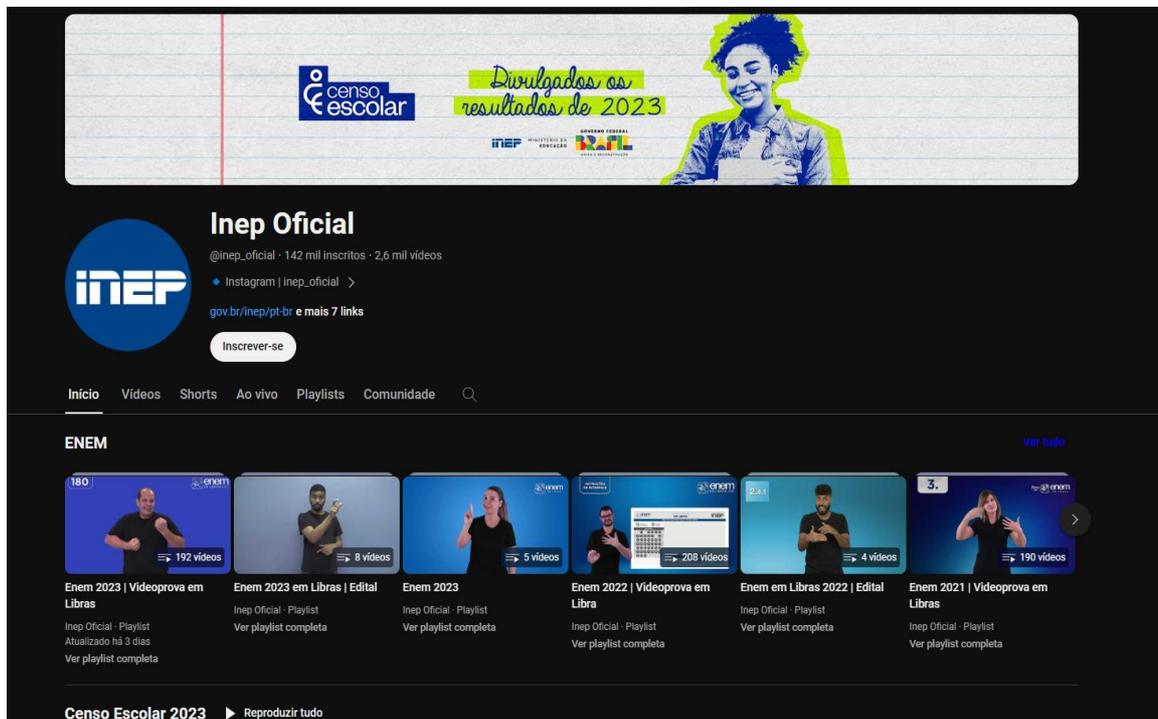
**Figura 7:** Página inicial MEC



Fonte: Youtube, 2024.

Assim como também o canal do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais)

**Figura 8:** Página inicial INEP

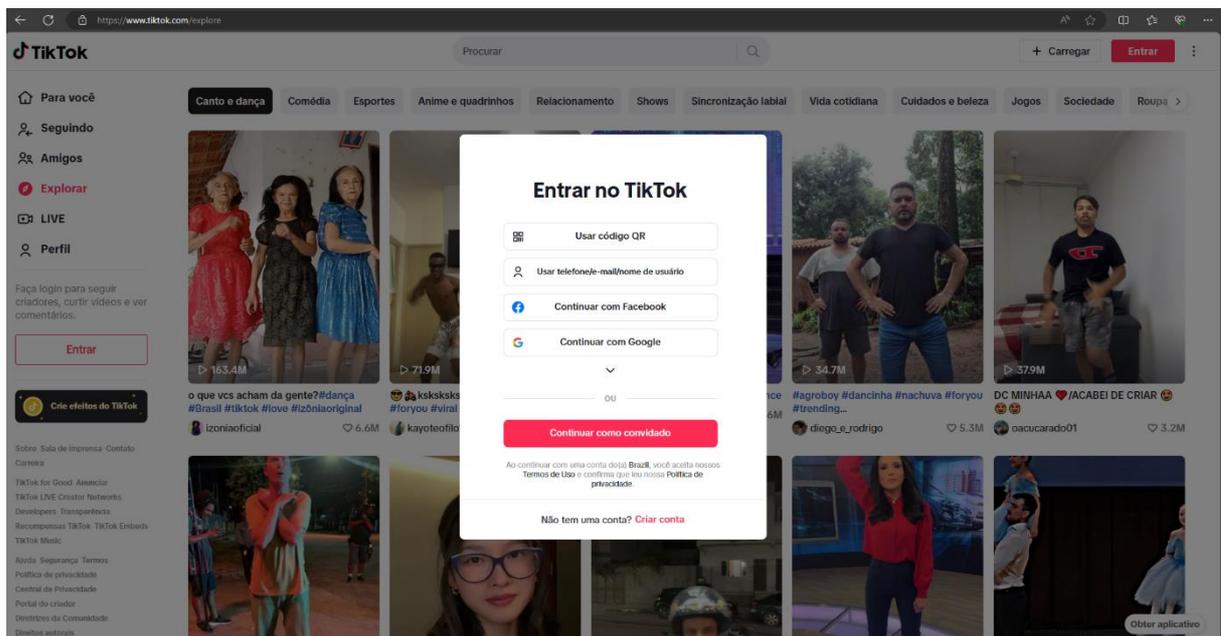


Fonte: Youtube, 2024.

Percebemos que durante os últimos anos os modos de ensinar, modificaram-se, atualizaram-se e atualmente vivem uma efervescência tecnológica nunca antes vista, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) que assolou o planeta nos últimos anos, provocou o isolamento social de boa parte da população, dentre eles diversos estudantes em diferentes partes do território brasileiro, é evidente que dentro deste contexto surgiu a necessidade de se criar novas formas de alcançar os estudantes que já estavam impossibilitados de frequentar as escolas e que já conviviam com outras dificuldades de acesso à educação.

É neste contexto que outro aplicativo também ganha força dentro do cenário tecnológico educacional o TikTok, criado em 2016 pela *startup* chinesa *ByteDance*, ganhou ainda mais potência com a aquisição do *Music.ly*, um outro aplicativo com as mesmas funcionalidades, em dezembro de 2023 o TikTok lidera o ranking dos aplicativos mais baixados dentro das lojas de apps tanto na AppleStore (Aplicativos para dispositivos IOS) quanto na Playstore (Aplicativos para dispositivos Android).

**Figura 9:** Página inicial TikTok



**Fonte:** TikTok, 2024.

A ferramenta é organizada com conteúdo em formato multimídia e seus usuários, os tiktokers, podem criar, postar e compartilhar vídeos de até 60 segundos. “O TikTok é o principal destino para vídeos móveis de formato curto. Nossa missão é inspirar criatividade e trazer alegria” (TIKTOK, 2020).

O aplicativo prioriza conteúdo sem complexidade e dotados de muita criatividade, o que torna-o extremamente atraente aos seus usuários, com a possibilidade de conectar-se com criadores de diversas partes do globo, acessando e interagindo com os seus conteúdos.

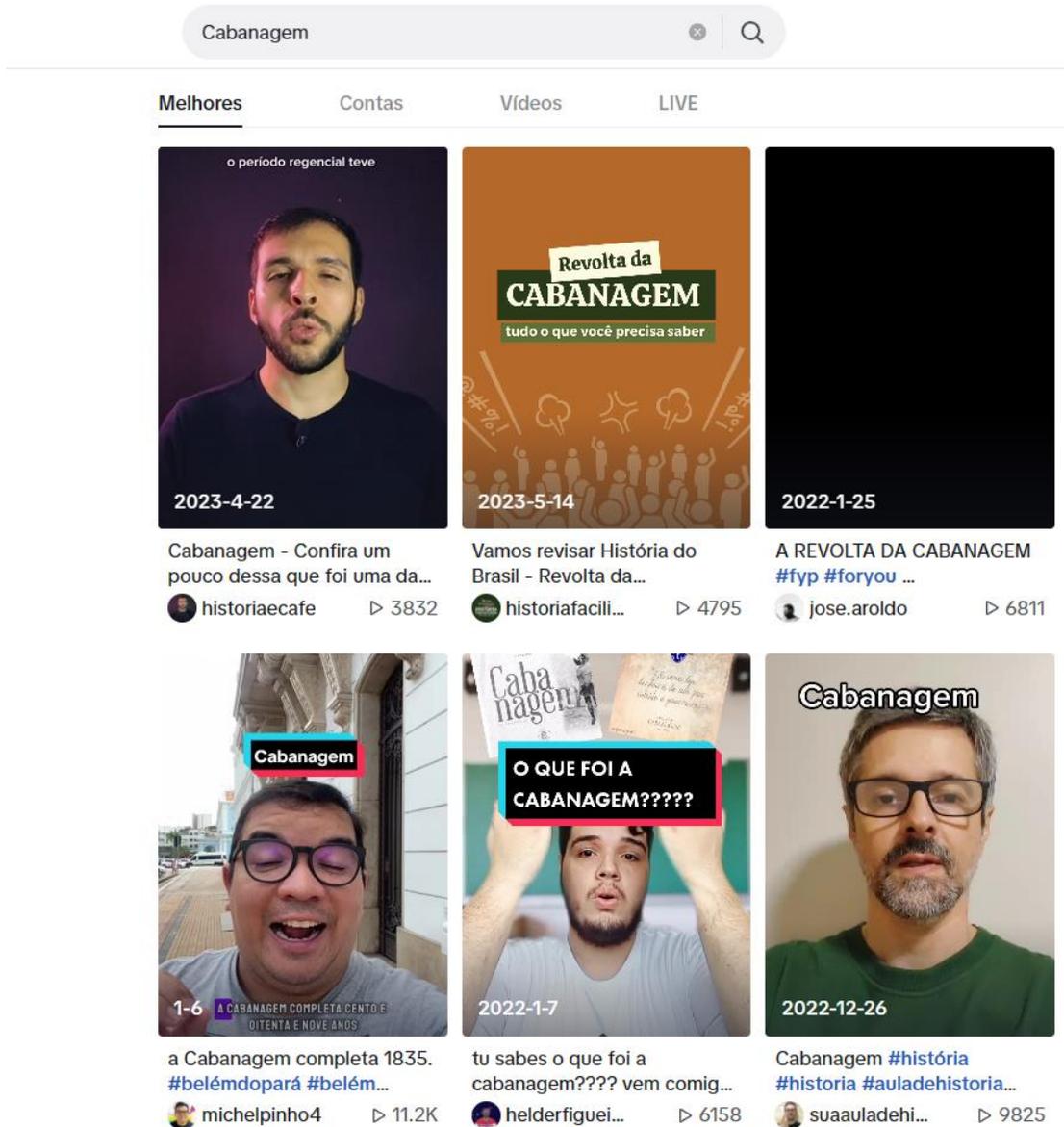
Assim como no início deste capítulo, retomo o fato de que o ensino de história foi e ainda é visto como uma disciplina enfadonha para nossos alunos, os motivos também podem ser encontrados através da análise do percurso do ensino de história no Brasil, feito por este mesmo trabalho no capítulo dois, logo cabe a este momento compreender como reverter esta visão a partir do uso da tecnologia para o ensino de história.

A partir das reflexões acima, acerca dos surgimentos de ferramentas tecnológicas audiovisuais, compreendemos que mais uma vez devemos dar um passo em direção à adaptação dos conteúdos educacionais fora do ambiente escolar.

O Youtube mostrou-se como um importante canal de acesso no últimos anos e ainda hoje possui uma relevância didática significativa e que comunica-se diariamente com inúmeros estudantes ao longo do território brasileiro, porém a partir de uma reflexão crítica acerca do público desta pesquisa, optaremos pela utilização da plataforma TikTok, pois acreditamos que esta ferramenta, comunica-se melhor com o público a quem se destina esta pesquisa, alunos dos anos finais do ensino fundamental de Redenção-PA.

Podemos tomar como exemplo canais no TikTok que já realizam esta adaptação didática, a partir de uma simples pesquisa no aplicativo do tema “Cabanagem”, podemos observar que já existem conteúdos produzidos, as vezes por historiadores, outras vezes por entusiastas da história, ou também por criadores que entendam que este nicho pode ser rentável.

**Figura 10:** Aba de pesquisa “Cabanagem” TikTok



**Fonte:** TikTok 2024

Como antes fora dito, trataremos aqui nesta pesquisa apenas do potencial pedagógico desta ferramenta, porém não podemos ignorar o potencial financeiro do aplicativo a partir da geração dos conteúdos, muitas vezes alguns destes conteúdos podem conter narrativas exageradas, com a finalidade de gerar engajamento e por fim mais lucratividade, também por isso aponto que cabe a nós, educadores, criar junto com nossos alunos formas de identificação de conteúdos duvidosos, este trabalho anterior é primordial para o sucesso dos próximos passos, tendo em vista que em nenhum momento deseja-se substituir o conteúdo ensinado em sala de

aula, mas sim configura-lo a partir de uma nova ótica de ensino, mais atrativa e menos maçante para nossos estudantes.

É neste contexto que podemos observar que ainda no século XXI, podemos encontrar professores que encaram o uso de novas tecnologias digitais como inimigas do processo de ensino e aprendizagem, é evidente que devemos sempre nos ater a preocupação em relação à própria estabilidade da profissão em detrimento do avanço das tecnologias, porém deter-se em não as utilizar ou tentar escondê-las não transformarão o problema em algo inexistente.

É neste sentido que esta proposta didática caminha, buscando tecer novas formas de ensinar a história da Amazônia, produziremos vídeos em formatos curtos a partir do modelo da plataforma escolhida, (TikTok) com a finalidade ensinar sobre a história de Redenção e também da Amazônia.

Deixarei como metodologia da produção deste material, os caminhos percorridos desde a escolha da linguagem até do software de edição do vídeo final, a fim de fomentar o debate sobre a criação de outras possibilidades existentes para o ensino de história da Amazônia.

É evidente que a constituição mecânica da proposta deva possuir um destaque neste material, no entanto cabe ressaltar alguns debates teóricos que precedem a materialização deste produto.

A *cibercultura* é um conceito presente e dinâmico, capaz de englobar diferentes aspectos da produção do conhecimento contemporâneo, ainda que seu conceito se apresente de forma móvel, a presença deste aspecto na vida de cada cidadão não pode ser ignorada, discutimos anteriormente o que é cultura e de que forma ela se relaciona com os indivíduos, a cultura digital por sua vez, possui elementos próximos e também únicos que a diferencia de outros campos para Cláudio Prado:

A cultura digital é a cultura do século XXI. É a nova compreensão de praticamente tudo. O fantástico da cultura digital é que a tecnologia trouxe à tona mudanças concretas, reais e muito práticas em relação a tudo que está acontecendo no mundo, mas também reflexões conceituais muito amplas sobre o que é a civilização e o que nós estamos fazendo aqui (SAVONI; COHN, 2009, p. 45).

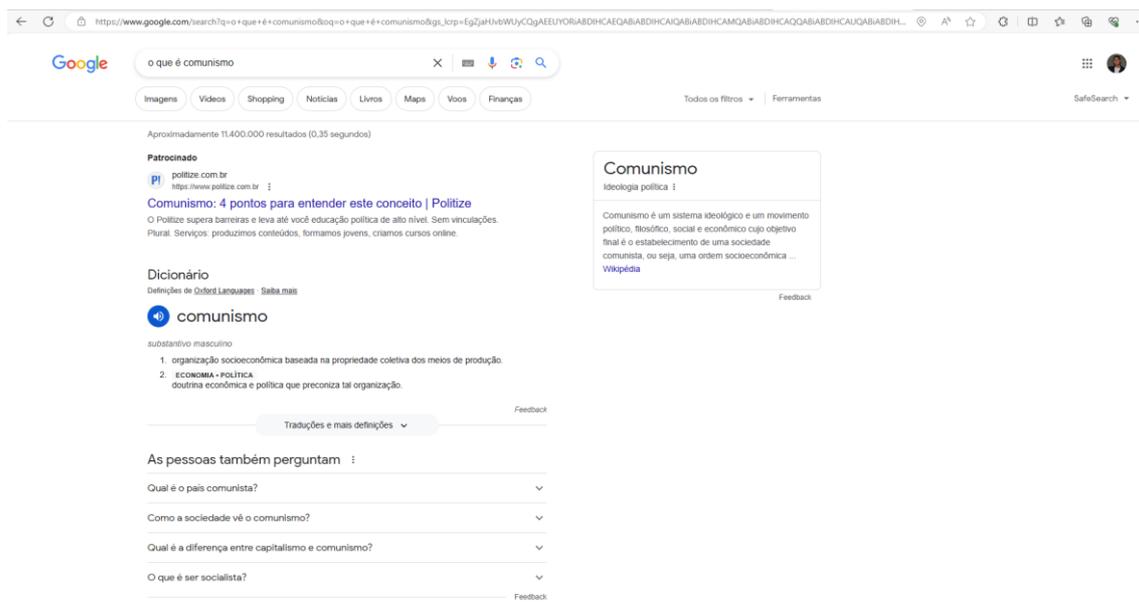
É um fato que a sociedade contemporânea alimenta e alimenta-se diariamente desta cultura, a conectividade do mundo digital nos move cada vez mais para esta relação de dependência do mundo digital, nossas finanças, relações pessoais, trabalho e outras instituições conformam-se dentro deste espaço e executam suas atividades diárias com ou sem a nossa anuência.

O mundo educacional também não fica distante deste contexto, acredito que desde o advento e posteriormente a massificação do uso das televisões, o modo com que enxergamos a obtenção de conhecimento mudou e vem se modificando diariamente, é plausível observar que atualmente em 2024 estas mudanças sejam cada vez mais velozes e perceptíveis aos bons observadores, neste sentido acredito que a disciplina de História, não deva ter sido excluída do processo.

Retomo neste momento as discussões acerca dos caminhos que a historiografia e o ensino de história percorreram, um fator observado dentro das duas trajetórias e que não pode ser ignorado é que o avanço tecnológico surtiu um efeito totalmente inesperado dentro destes dois campos, o advento de outros meios de comunicação, realinham os parâmetros de produção da historiografia e do ensino de história, de modo que aqueles já os faziam antes destas mudanças, fiquem, de certo modo desconfiados ou até mesmos enraivecidos com tantas alterações assim.

Tomemos por exemplo a discussão de um conceito importante para a historiografia, mas que tomou uma relevância sem igual nos últimos anos, a palavra “comunismo”, em 2022 de acordo com o Google Trends (2024), a palavra comunismo apareceu entre as mais pesquisadas do ano, dentro deste modelo de pesquisa, também pesquisaram, “O que é comunismo?”, façamos o mesmo exercício hoje utilizando o mesmo modo de busca.

**Figura 11:** Aba de pesquisa Google, “O que é comunismo?”



**Fonte: Google (2024)**

As sugestões dentro da plataforma não são livres de intenções, é óbvio e escancarado o desejo econômico em fortalecer uma narrativa em detrimento de outra dentro destes mecanismos de busca, acredito que este seja um dos maiores receios de alguns pesquisadores mais antigos em relação a estes espaços, porém ausentar-se destas discussões não farão com que o problema desapareça, para todo cidadão minimamente politizado.

É de conhecimento de todos que o conceito de comunismo foi apropriado e deturpado em detrimento do favorecimento de um grupo político durante as eleições para presidente no Brasil em 2022, que resposta à isso a comunidade científica historiográfica produziu? Qual o alcance e a força desta produção, quando comparada com estes outros meios de busca?

É óbvio que um artigo científico publicado em uma revista de relevância, não possui a audácia de ter a mesma tração que outras produções voltadas para a internet, porém cabe ressaltar que a forma com que se divulga a produção historiográfica no Brasil, ainda é a mesma de duas ou três décadas atrás, os impressos são e ainda vão ser o principal meio de divulgação deste material por muito tempo mais, porém a reviravolta tecnológica e informacional que estamos submetidos urge de nós historiadores uma mudança, adaptação, revolução, chame-a do que quiser, mas algo precisa ser feito ou cada vez mais assistiremos ao definhamento desta profissão.

Estas discussões podem fazer surgir alguns pensamentos, o primeiro, que acredito ser de boa parte da comunidade acadêmica de níveis mais altos em grau de formação, é de que a história não deve ater-se a um molde de produção em massa, pois isto seria envenenar a produção historiográfica que se preocupa em responder questões à sociedade e não à velocidade e alcance da produção, de fato concordo com esta afirmativa, não é possível exigir que milhares de artigos sejam produzidos com a instantaneidade que a internet produz conteúdo para os mesmos assuntos, até porque estamos falando de dois campos diferentes do conhecimento, um acadêmico e outro de massa, no entanto, não retiro a produção historiográfica do movimento que se segue desde a Revolução Industrial (final do século XVIII), o modo de produzir se modificou estruturalmente pós século XVIII,

[...] o processo de produção passou a ser caracterizado pela especialização, por parte do empregado, de um aspecto único de todo o processo fabril. Ou seja, sob regras da fábrica, o operário passava a maior parte de seu tempo dentro dela, efetuando ações repetitivas, tornando-se responsável por apenas uma etapa de todo o processo de produção. (BARATTO; CRESPO; 2013, p. 21)

A especialização dentro do processo de produção já toma conta do ambiente de produção historiográfico, é impossível não atribuir à Revolução Industrial uma parcela de

contribuição significativa neste processo, historiadores hoje dividem-se em historiadores da economia, família, educação, natureza, costumes, cultura enfim, a divisão do trabalho dentro da produção historiográfica é vasta, atualmente chamamos estas divisões de campos ou áreas de produção historiográficas, ou seja a especialização do processo de produção é um resultado aceito e presente.

Revistas, universidades, grupos de estudo, projetos de pesquisa e extensão hoje também fazem parte deste mesmo processo de especialização, e em todos estes locais, a forma predominante de produção é através da escrita, sempre me foi dito que a história é atrelada à escrita e disso não posso discordar, é evidente que este é o elemento mais importante do processo de constituição do conhecimento historiográfico, no entanto não acredito que esta forma seja insubstituível, utilizo da colocação de Michel de Certeau sobre o assunto afim de me fazer mais claro:

[...] entendo como história esta prática (uma "disciplina"), o seu resultado (o discurso) ou a relação de ambos sob a forma de uma "produção". Certamente, em seu uso corrente, o termo história conota, sucessivamente, a ciência e seu objeto – a explicação que se diz e a realidade daquilo que se passou ou se passa. Outros domínios não apresentam a mesma ambigüidade: o francês não confunde numa mesma palavra a física e a natureza. O próprio termo "história" já sugere uma particular proximidade entre a operação científica e a realidade que ela analisa (CERTAU, 1982, p. 32).

A produção historiográfica utilizou-se das ferramentas que dispunha ao longo do tempo, o discurso através da escrita é a forma predominante de produção historiográfica hoje, afim de tecer um último questionamento sobre esta questão, provoco o leitor a refletir sobre esta escolha, seria a escrita o meio de divulgação e produção do conhecimento mais adequado para a historiografia atual em face da revolução tecnológica vigente?

Confesso que ainda não tenho uma resposta para esta pergunta, mas que me comprometo em dialogar com este tema em uma pesquisa futura, no entanto este trabalho, caminha no sentido de dar início e rediscutir o modelo vigente de produção historiográfica, o que também coloca esta mesma pergunta como uma justificativa para a escolha deste formato no material didático desta pesquisa.

O ensino de história caminha cada vez mais na mesma direção, buscando atrelar-se aos desenvolvimentos tecnológicos afim de tornar os conteúdos ministrados em sala mais didáticos e acessíveis, é neste sentido que este trabalho também caminha criando uma junção entre aquilo que se espera para o ensino de história no futuro e ao mesmo tempo apontando as limitações e os problemas do processo até o resultado.

Neste sentido, não podemos fechar os olhos em relação ao altíssimo nível de pessoas sem acesso à internet no Brasil, porém nos últimos anos este número vem diminuindo alcançando em 2023 a um crescimento de 84% no número de brasileiros com acesso à internet, de acordo com a pesquisa da TIC Domicílios 2023 do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br).

**Figura 12:** Uso da internet no Brasil

## Uso da internet no Brasil em 2023

Pesquisa TIC Domicílios 2023 mede hábitos da população em relação à internet

**84%** da população brasileira usou a internet em 2023

Índice estava em 81% desde 2020



### Por área

#### Urbana



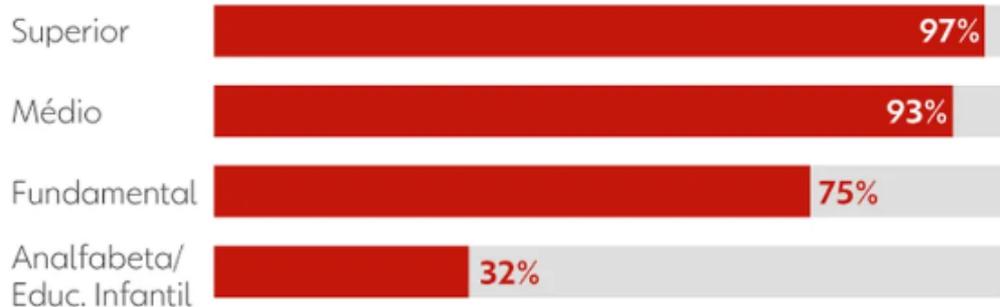
#### Rural



### Por renda



### Por escolaridade



Fonte: TIC Domicílios 2023 (Cetic.br)  
Infográfico elaborado em: 14/11/2023

Estes dados demonstram que cada vez mais a geração que se comunica com essas mídias e a partir delas, chega aos espaços antes não ocupados, a internet e suas tecnologias estão em todo lugar, nas casas, universidades, bancos, restaurantes, e não seria diferente também nas escolas, o ensino populariza-se através da internet.

Aliás, ensinar é uma das formas mais buscadas pelos criadores para engajar seu público, diversos criadores de conteúdo, utilizam-se desta estratégia para conquistar seu público, os famosos tutoriais da internet mesclam uma linguagem acessível com uma didática voltada para a autonomia daqueles que assistem, “faça esta receita em casa”, “aprenda a fazer sozinho”, “comece agora mesmo o seu próprio site”, etc.

Torna-se praticamente impossível para o ensino de história tradicional, competir com este arsenal de recursos tecnológicos, afinal de contas “A imersão dos jovens num mundo repleto de novidades e facilidades tecnológicas, com tão amplo acesso a informações, torna inoperante, em definitivo, a prática de memorização e reprodução que tem dominado o ensino de história por décadas.” (CAIMI, 2014 p. 169)

Este mundo repleto de novidades e maravilhas também esconde muitas armadilhas, é evidente que a liberdade que a internet proporciona para o discurso é irrefutável, no entanto cada vez mais assistimos a notícias relacionadas ao controle de dados por determinados grupos, e o poder que estes tem sob a informação, é possível vejamos estas discussões acerca do domínio da informação ao longo dos próximos anos, em certa medida a parcialidade que predomina nos mecanismos de busca da internet está diretamente relacionada com os desejos daqueles que detém estes meios, logo torna-se ainda mais ímpar a atuação do profissional da história nestes espaços.

O professor de história deve tratar de fontes com seus alunos em sala, demonstrando as nuances que a informação pode adquirir, assim como tratamos as fontes documentais, devemos equipar nossos alunos do conhecimento necessário para tratar sobre fontes obtidas através da internet.

Muitas vezes ouvi reclamações de colegas professores acerca de trabalhos utilizando sites não confiáveis como fontes históricas, por que não tornar este momento, um momento de aprendizagem? E a partir deste diálogo tecer bases para se discutir, o que é uma fonte, para onde devemos caminhar ao observar um documento e em que medida devemos confiar neste? O método de análise das fontes é o mesmo o que muda é apenas o objeto estudado.

Digo isso pois defendo cada vez mais a inserção destes elementos informacionais no ensino de história, passamos muito tempo agarrados aos impressos e esquecemos de avançar nas discussões de fontes do nosso próprio tempo histórico.

O vídeo projeto para esta atividade, foi dividido em três partes, cada uma contendo três minutos cada, a ideia de particionar os vídeos também é uma forma de tornar o conteúdo mais didatizado e facilmente compreendido pelos alunos, as divisões escolhidas são também para preencher os períodos históricos abordados sobre a história de Redenção.

O primeiro vídeo tratará sobre os anos iniciais de ocupação do território Amazônico, a linguagem utilizada tende a ser uma linguagem menos formal e imperativa e passa para um tom mais informativo e demonstrativo, afinal de contas o usuário que chega até este vídeo, acessa-o através de um link direto, compartilhamento ou este vídeo é sugerido para ele através da plataforma, no final de tudo é a decisão deste usuário que o fará ficar e assistir até o final do vídeo.

O primeiro passo para a realização deste vídeo foi a montagem do roteiro, como dito anteriormente a divisão deste trabalho em três vídeos é uma estratégia didática e sendo assim o roteiro será dividido também da mesma forma.

A primeira parte abordará os seguintes temas:

- Ocupação da Amazônia
- Expansão da frente pioneira
- Atividades agrícolas no passado de Redenção

Com o fim desta primeira parte inicia-se mais um vídeo que contará sobre a expansão do capital industrial em Redenção esta segunda parte versará sobre os seguintes tópicos

- Fase do ouro
- Surgimento da cidade
- Primeiros habitantes

Por fim como terceiro vídeo traremos um apanhado dos dois primeiros vídeos e também uma atividade sobre a história de Redenção juntamente com uma interação através dos comentários, a ideia de realizar estas duas atividades, está em quantificar o número de pessoas que acessaram o vídeo e a partir dele construíram o conhecimento que buscamos entregar, em contrapartida, sabendo que este vídeo pode atingir públicos que não são de Redenção deixaremos uma pergunta final, para aqueles que interessaram em assistir um conteúdo como este voltado para a história do seu município.

Como resultado desta atividade, esperamos conseguir reverter o resultado inicial obtido nesta pesquisa a partir dos formulários, jovens que não se veem parte ou atuantes dentro da sua própria história, que não reconhecem-se membros ou dignos de ter uma naturalidade, ser paraense é e deve ser motivo de orgulho para estes, neste sentido esta pesquisa busca também

criar a partir destes vídeos formas de conectar as diferenças culturais experienciadas por estes alunos diariamente, fazemos isto dando luz ao passo e a história de Redenção.

Como elementos técnicos utilizamos os softwares *Adobe Premiere* para a edição de vídeo, bem como buscamos utilizar de diversas imagens contidas no próprio texto base da bibliografia desta dissertação *Capitalismo na Floresta* de Fábio Carlos da Silva e também o site [www.museuvirtualredencao.com](http://www.museuvirtualredencao.com), que foi recentemente criado, contendo um repositório fotográfico de Redenção, com registros vídeos e diversos outros materiais que compõe o que pode ser chamado de o primeiro museu de Redenção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar este trabalho tinha em mente um resultado diferente, minha perspectiva era de que os alunos que outrora me disseram não serem paraenses, fossem facilmente cativados pela minha cultura e pelo Pará que eu enxergo, isto nada me faria diferente daqueles que anterior a mim, impuseram sua cultura e modos de viver nos grupos autóctones da Amazônia, aliás como aprendi durante a construção deste material Amazônias.

Este trabalho buscou demonstrar o quão significativo é aceitar a pluralidade dentro dos espaços de convivência e trabalho, seria impossível compreender que o paraense de Redenção não é e não deve ser o mesmo paraense de Belém, e que não há nenhum prejuízo em ser daqui ou de lá, afinal de contas o segundo maior estado do país pode também facilmente comportar infinitas formas de leitura da sua própria cultura.

Gostaria que aqueles que entrarem em contato com este trabalho, aproximem-se também da sua própria cultura ou também reconheça aquilo que o limita de compreender o todo, no meu caso a ideia única de cultura amazônica, mostrou-se cada vez mais ser impossível de ter continuidade, neste mesmo sentido tantos outros conceitos, caros ao ensino de história também precisaram ser revisitados.

O ensino de história local foi a ferramenta mais adequada para solidificar as bases deste trabalho, como profissional da história e hoje com este trabalho finalizado posso finalmente afirmar a importância da formação de identidades e do reconhecimento das múltiplas possibilidades dentro delas, professores de história não formam identidades, eles equipam os alunos para que estes mesmos o façam.

Foi neste sentido que imaginei o curso deste trabalho, espero que em determinada medida, ao assistir aos vídeos estes alunos coloquem-se como de fato pertencentes de uma história ou que a partir dos vídeos estes mesmos alunos possam também afirmar que não sentem-se parte deste lugar e de forma clara elencar os motivos que os fizeram não reconhecer-se na cultura paraense.

O que torna este trabalho mais valioso, ao meu ver, é o fato de que a interpretação final feita pelos alunos sobre cultura e a história de Redenção é totalmente autônoma, assim mesmo como eles estão acostumados a fazer todos os dias em seus smartphones aprendendo inúmeras coisas.

Além disso esta dissertação também buscou demonstrar que mesmo não havendo conhecimento técnico específico é possível criar e atingir novos horizontes no ensino de

história, a tecnologia e o ensino caminham juntas a muito tempo, basta que nós possamos também nos permitir aprender novas formas de se ensinar e aprender.

É neste sentido que gostaria de finalizar esta dissertação, como uma resposta ao meu primeiro local de atuação como professor e também a todos que de alguma forma fizeram-se presentes nesta minha passagem por Redenção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. R. C. D. **Os vassallos d'el Rey nos confins da Amazônia: a colonização da Amazônia Ocidental (1750-1798)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.
- AZEVEDO. **Os Jesuítas no Grão-Pará**, p. 230, nota 1.
- BARATTO, S. S.; CRESPO, L. F. Cultura Digital ou Cibercultura: Definições e Elementos Constituintes da Cultura Digital, a Relação com Aspectos Históricos e Educacionais. **Revista Científica Eletrônica UNISEB**, 1(2), 16-25, 2013.
- BENTIVOGLIO, J. C.; MERLO, P. **Teoria e metodologia da história: fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia**. Vitória: UFES, Secretaria de Ensino à Distância, 2014.
- BITTENCOURT, C. F. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, 32(93), 127-149, 2018.
- BLOCH, M. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP 2/2017 de 22 de dezembro de 2017, Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE\\_CP222DEDEZEMBRO2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRO2017.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- BURGESS, J.; GREEN, J. **YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade**. São Paulo: Aleph, 2009.
- CAIMI, F. E. **Geração homo zappiens na escola**. In: MAGALHÃES, M. et al. (Orgs.). Ensino de história (pp. 165-183). Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CEDEAM-AHU, Pará, Cx. 5.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- CORREA, C. G. et al. O processo de ocupação humana na Amazônia: considerações e perspectivas. **Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropológica**, 9(1), 1994.
- EAGLETON, T. **A idéia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.
- FANAIA, J. E. de A. História, Saber Acadêmico e Saber Escolar: Um Diálogo Possível? In: **COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO**, Ano VII, v. 8, p. 13-22, 2008.
- FARAGE, N. As muralhas do sertão... p. 52. In: CARTA do Governador do Pará, 14/06/1754. Transcrita em MENDONÇA, M. C. de. A Amazônia na Era Pombalina. Rio de Janeiro:

IHGB, 1967. Correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759).

FONSECA, A. A. da. Os mapas da população no Estado do Grão-Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v.34, n.3, p.439-464, set./dez. 2017.

FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C.; MIGUEZ, S. F. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Ciência & Cultura [online]**. vol.61, n.3, 2009.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

GIROTTO, E. D. PODE A POLÍTICA PÚBLICA MENTIR? A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A DISPUTA DA QUALIDADE EDUCACIONAL. **Educação & Sociedade**, 40, e0207906. 2019

GOMES, F. Migrações, populações indígenas e etno-gênese na América Portuguesa (Amazônia Colonial, s. XVIII). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.60721>. Acesso em: 27 fev. 2023.

GUZMAN, D. de A. A colonização nas Amazônias: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. **Estudos Amazônicos em Revista**. Vol. I, 2022.

HAMILTON, D. A virada instrucional. Da dialética à didática. Texto de trabalho. EHPS/PUCSP, 2001.

LOUREIRO, J. de J. P. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Escrituras, 2001. 437 p. (originalmente tese de doutorado defendida na Universidade de Sorbonne, Paris, França).

LIMA, J.; MUNIZ, É. História da Amazônia, História do Brasil? Uma análise sobre os conteúdos regionais na BNCC. **TEXTURA - ULBRA**. 22. 10.17648/textura-2358-0801-v22n50-5424, 2020.

LIMA, M. P. De Boca da Mata à Redenção: Uma outra história (1959 a 1999). **Kelps**, 2013.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: **Editora Atlas**, 2003.

MARTINS, M. L. História Regional In: **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2018.

MENEZES NETO, G. M. de. As discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular de História: entre polêmicas e exclusões(2015-2016). **Crítica Histórica**. v. 8. n. 15. p. 31-61, 2017.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

PAIM, E. A.; PICOLLI, V. Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. **História & Ensino: Londrina**, 2007.

PERRONE-MOISÉS. Legislação Indigenista Colonial: inventário e índices. In: CUNHA. **História dos Índios no Brasil**, pp. 529-566.

PINHEIRO, G. S. P. Documentos inéditos de Lourenço Pereira da Costa, Provedor da Fazenda Real e Intendente do Comércio, Agricultura e Manufatura da Capitania de São José do Rio Negro. **Boletim de Pesquisa da CEDEAM**, Manaus, v. 2, n. 3, p. 58-81, jul./dez. 1983.

REIS, J. C. **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, A. L. C. **O domínio cultura amazônica à luz da organização e representação da informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011.

ROOSEVELT, A. Chiefdoms in the Amazon and Orinoco. In: DRENNAN, R.; URIBE, C. (Orgs.). **Chiefdoms in the Americas**. Nova York: University Press of America, 1987.

SAVAZONI, R.; COHN, S. (Orgs). **Cultura Digital.br**. Rio de Janeiro: **Beco do Azougue Editorial Ltda**, 2009.

Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wpcontent/uploads/2009/09/cultura-digital-br.pdf>. Acesso em: 23/jan./2024

SIMÕES, M. F. Pré-História da Amazônia: Uma tentativa de reconstituição. In: **Cultura Textos e Catálogos**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq, p. 5-21, 1983.

ZANONI, E. F. **Gamificação, aprendizagem e ensino de História: construção de estratégias didáticas com ferramentas online**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2006.

## ANEXOS

## ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**INSTITUTO DO TRÓPICO ÚMIDO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**Questionário História de Redenção.**

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
 Escola: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_  
 Cidade onde nasceu: \_\_\_\_\_

1- Você se considera Paraense?

( ) SIM ( ) NÃO

2- Você conhece a história do estado do Pará?

( ) SIM ( ) NÃO

3- Você conhece algo sobre a história de Redenção?

( ) SIM ( ) NÃO

4- Caso você conheça algo sobre a história de Redenção, pode nos contar?

---



---

5- Você conhece a cultura paraense?

( ) SIM ( ) NÃO

6- Caso conheça, escreva alguns exemplos da cultura paraense que você mais gosta.

(Você pode usar como exemplo, danças comidas, festas, feriados, lendas, contos etc.)

---



